



CEJA >>

CENTRO DE EDUCAÇÃO
de JOVENS e ADULTOS

CIÊNCIAS HUMANAS

e suas **TECNOLOGIAS** >>

História

Fascículo 4

Unidades 7 e 8

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Governador
Wilson Witzel

Vice-Governador
Claudio Castro

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Secretário de Estado
Leonardo Rodrigues

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Secretário de Estado
Pedro Fernandes

FUNDAÇÃO CECIERJ

Presidente
Gilson Rodrigues

PRODUÇÃO DO MATERIAL CEJA (CECIERJ)

Coordenação Geral de Design Instrucional
Cristine Costa Barreto

Elaboração de História
Gilberto Aparecido Angelozzi
Gracilda Alves
Sabrina Machado Campos
Denise da Silva Menezes do Nascimento
Márcia Pinto Bandeira de Melo
Marcus Ajurum de Oliveira Dezemone
José Ricardo Ferraz
Priscila Aquino da Silva
Inês Santos Nogueira
Renata Moraes
Erika Arantes
Maria José Carvalho
Rafael Cupello Peixoto
Gustavo Souza
Claudia Affonso

Revisão de Língua Portuguesa
Anna Maria Osborne
José Meyohas

Coordenação de
Desenvolvimento Instrucional
Bruno José Peixoto
Flávia Busnardo
Paulo Vasques de Miranda

Desenvolvimento Instrucional
Anna Maria Osborne

Coordenação de Produção
Fábio Rapello Alencar

Assistente de Produção
Bianca Giacomelli
Projeto Gráfico e Capa
Andreia Villar

Imagem da Capa e da Abertura das Unidades
Andreia Villar

Diagramação
Camille Moraes
Filipe Dutra
Fernanda Novaes
Larissa Averbug
Mario Lima
Núbia Roma

Ilustração
Clara Gomes
Fernando Romeiro
Renan Alves
Vinicius Mitchell

Produção Gráfica
Patrícia Esteves
Ulisses Schnaider

Sumário

Unidade 7	Imperialismo e Colonialismo no século XIX	5
-----------	---	---

Unidade 8	O longo século XIX: Imperialismo e caudilhismo nas Américas	31
-----------	--	----

Prezado(a) Aluno(a),

Seja bem-vindo a uma nova etapa da sua formação. Estamos aqui para auxiliá-lo numa jornada rumo ao aprendizado e conhecimento.

Você está recebendo o material didático impresso para acompanhamento de seus estudos, contendo as informações necessárias para seu aprendizado e avaliação, exercício de desenvolvimento e fixação dos conteúdos.

Além dele, disponibilizamos também, na sala de disciplina do CEJA Virtual, outros materiais que podem auxiliar na sua aprendizagem.

O CEJA Virtual é o Ambiente virtual de aprendizagem (AVA) do CEJA. É um espaço disponibilizado em um site da internet onde é possível encontrar diversos tipos de materiais como vídeos, animações, textos, listas de exercício, exercícios interativos, simuladores, etc. Além disso, também existem algumas ferramentas de comunicação como chats, fóruns.


Você também pode postar as suas dúvidas nos fóruns de dúvida. Lembre-se que o fórum não é uma ferramenta síncrona, ou seja, seu professor pode não estar online no momento em que você postar seu questionamento, mas assim que possível irá retornar com uma resposta para você.

Para acessar o CEJA Virtual da sua unidade, basta digitar no seu navegador de internet o seguinte endereço:
<http://cejarj.cecierj.edu.br/ava>

Utilize o seu número de matrícula da carteirinha do sistema de controle acadêmico para entrar no ambiente. Basta digitá-lo nos campos "nome de usuário" e "senha".

Feito isso, clique no botão "Acesso". Então, escolha a sala da disciplina que você está estudando. Atenção! Para algumas disciplinas, você precisará verificar o número do fascículo que tem em mãos e acessar a sala correspondente a ele.

Bons estudos!



Imperialismo e Colonialismo no século XIX

Fascículo 4
Unidade 7

Imperialismo e Colonialismo no século XIX

Para início de conversa...

O Branco vem chegando... chegando... chegou.

Você já viu algum destes personagens?

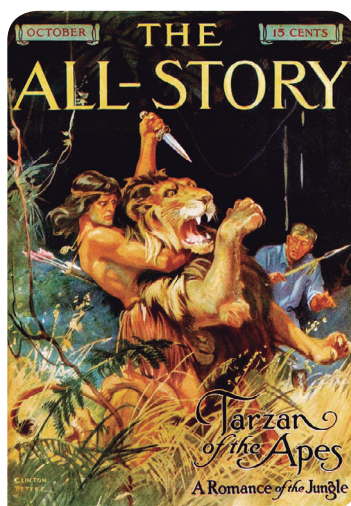


Figura 1: Tarzan.



Figura 2: O Fantasma.

São eles: Tarzan e Fantasma

O primeiro, **Tarzan**, era filho de um aristocrata inglês que morreu ao chegar à África. Ele foi criado por macacos em plena selva africana e recebeu este nome por ter a "pele branca". Por sobreviver a todos os perigos da selva, tornou-se conhecido por suas grandes habilidades físicas e pela capacidade de se comunicar com os animais. Ele se comportava como guardião das terras africanas.

O segundo, **Fantasma**, vivia em uma caverna com um grande tesouro em um país imaginado pelo seu criador, e que misturava algumas coisas da Ásia (principalmente da Índia) e outras da África. Possuía também grande habilidade física, agilidade, sabia muito bem usar diversas armas e morava na selva com o pigmeu Bandar. O Fantasma é fruto de uma linhagem de heróis: são várias gerações de fantasmas que sempre combateram o crime. Pode ser visto também como um homem comum, pois, diferente do Tarzan, este herói viaja e adota o nome de Mr. Walker (caminhante).

O que os dois têm em comum?

São brancos, lutam contra as injustiças, são homens inteligentes, elegantes e bonitos. Possuem características especiais: são atléticos, fortes, vitoriosos e possuem relação com o continente africano e asiático. Mas por que esses personagens são sempre apresentados como superiores aos nativos?

Por que os nativos precisam deles para viver em paz? Será que africanos e asiáticos não sabiam cuidar da sua própria terra?

Vamos pensar?

Surge no século XIX, uma ideia pseudocientífica de “superioridade racial”, ou melhor, a superioridade do branco sobre as demais etnias. Dessa forma, o homem branco tinha a missão de civilizar os povos “primitivos”, “bárbaros”, “infantis” e “ingênuos” que ainda se encontravam em estágio de selvageria. Era um fardo grande, mas, um dever para o branco civilizado: levar a esses povos cultura, desenvolvimento econômico, organização política e elevar assim seu estágio na evolução da espécie.

Pode até parecer brincadeira ou coisa de ficção científica, mas, esse foi o discurso usado pelo branco europeu para entrar nos continentes africano e asiático, destruir toda a antiga organização social, política, econômica e cultural nativas e impor sua visão de mundo.

Os heróis acima foram desenhados em um contexto no qual se desejava mostrar toda a superioridade branca sobre o elemento nativo, e, ainda a necessidade que esses povos tinham da presença branca, que orientava, defendia, organizava e cuidava daquela terra e da sua população.

E você, o que acha disso? Tem alguma opinião formada?

Não responda agora, primeiro estude as seções que vêm por aí e, ao final, pense e responda às perguntas.

Objetivos de aprendizagem

- Relacionar a divisão territorial do continente africano – a chamada "Partilha da África" – à Segunda Revolução Industrial;
- Identificar, além da Inglaterra, quais potências europeias despontaram no cenário imperialista, passando a disputar regiões do continente africano;
- Reconhecer as estratégias de dominação imperialista vinculadas aos interesses das elites africanas locais;
- Reconhecer a postura etnocêntrica dos europeus em relação aos africanos, bem como o que chamamos de "processo de aculturação";
- Conceituar neocolonialismo, imperialismo e seus desdobramentos, a partir da segunda metade do século XIX;
- Identificar as relações entre o processo de conquista da África e Ásia com o cumprimento do ideal de uma "missão civilizatória".

Seção 1

África e Ásia no século XIX



Figura 3: Charge satiriza as nações europeias partilhando a China como se fosse uma grande pizza.

Imagine uma pizza gigante para ser dividida por um grupo de pessoas famintas. Imaginou? Agora pense que essa pizza seja um território rico! Vai dar briga, não vai? Pois é esse o tema desta Unidade.

A partir do século XVI, as colonizações portuguesa e espanhola se limitaram à conquista das terras na América; as terras africanas e asiáticas, com raras exceções, não foram ocupadas e as relações com os europeus se limitaram ao comércio, principalmente, o de especiarias e escravos. Por isso, no século XIX, ainda havia grandes extensões de terras desconhecidas nos continentes africano e asiático, e Portugal e Espanha não tinham mais condições de explorá-los sozinhos. Os Estados Unidos e alguns países europeus como a Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica e Itália eram considerados as grandes potências industriais naquele momento e todos esses países manifestaram interesse em estender seus domínios até aquelas regiões.

Vale lembrar que, no período inicial da primeira Revolução Industrial (século XVIII), somente os ingleses utilizavam a máquina a vapor e detinham técnicas para produção de trens e construção de ferrovias. Com o passar do tempo, outros países passaram a investir também em novas técnicas e se modernizaram, e desde então, o continente africano tornou-se um local estratégico para as grandes potências. Este processo que será estudado especificamente na próxima seção foi chamado Neocolonialismo, **Imperialismo** ou Colonização do século XIX e foi uma das consequências da Segunda Revolução Industrial (ocorrida no século XIX).

Imperialismo

“A palavra Imperialismo apareceu apenas em 1870, sendo bastante utilizada entre 1890 e 1914, e servindo ainda hoje para designar práticas militares e culturais, desenvolvidas por potências para exercer domínios sobre outros Estados, politicamente independentes”. (SILVA: 2006; p. 218)

Os países europeus, já industrializados, estavam interessados em formar grandes impérios econômicos, estender suas áreas de influência para outros continentes e visavam, ainda, aumentar suas margens de lucro. Por isso, objetivavam o acesso às áreas que pudessem fornecer as matérias-primas, em particular as usadas pela indústria pesada, como o ferro, e no investimento em grandes obras, como nas ferrovias, por exemplo. E tudo isso poderia ser conseguido a baixo custo nesta área, ou seja, com mão de obra barata das populações nativas de países da África, Ásia e Oceania – continentes que passaram a ser o alvo predileto das potências europeias do século XIX.

Enquanto o colonialismo dos séculos XV e XVI utilizou a divulgação do Cristianismo para legitimar suas ações, o (neo) colonialismo do século XIX usou o argumento de levar o progresso da ciência e da tecnologia ao mundo, ou seja, “civilizar” esses “povos”.

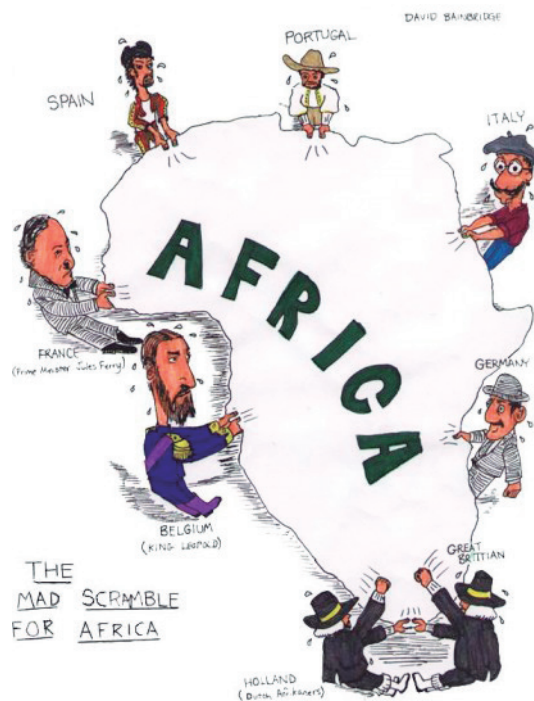


Figura 4: Charge que retrata a cobiça e a disputa pelo continente africano.

Portanto, o estudo sobre a partilha da África e da Ásia tem muito a nos dizer, principalmente, porque, nesse processo, vários povos unidos por laços sanguíneos ou culturais foram separados e populações historicamente inimigas foram obrigadas a conviver em um mesmo território. Por que tanto interesse nessas terras? Como viviam os africanos e asiáticos?

A vida na África

Desde o século X a.C., a África sofre com a ação colonizadora de povos como os fenícios, gregos e romanos. Foi alvo do Império Bizantino no século VI e dos árabes no século VII e, por fim dos europeus a partir do século XIV, período da expansão comercial e marítima europeia.

No século XVI, abastecia as metrópoles europeias e as colônias americanas com mão de obra escrava, que passou a ser uma mercadoria valiosa dando origem a um comércio lucrativo: o tráfico negreiro. Mesmo após o seu fim, em meados do século XIX, a França, a Inglaterra e também Portugal, continuaram a explorar o território africano em busca de riqueza, e finalmente, em 1867, descobriu-se diamante no Transvaal (região no sul da África) e ouro e cobre na Rodésia, em 1889. Essas descobertas fizeram com que as nações industrializadas vissem novas possibilidades lucrativas na área, iniciando uma disputa com regras estabelecidas por elas.

Até o século XIX, a presença dos europeus se registrava no litoral do continente africano, pois nessas regiões estava centralizado o lucrativo e constante tráfico negreiro que dizimou as sociedades africanas desde o século XVI. Ainda no século XIX, a África testemunhou, mais uma vez, a presença dos europeus em seu território, mas agora a ocupação se deu de forma muito mais enfática, estabelecendo a desarticulação de várias comunidades, que se diferenciavam linguisticamente e culturalmente.



Figura 5: Mapa da África, em 1880, às vésperas da partilha e da conquista.

Seção 2

O colonialismo no século XIX

Você já leu sobre a Revolução Industrial e sabe a importância dos continentes africano e asiático para as potências industrializadas.

Na verdade, essa aceleração na produção devido ao avanço tecnológico (Segunda Revolução Industrial) fez com que as potências europeias aumentassem seus parques industriais e o seu acúmulo de capital. Conforme suas indústrias iam crescendo, os europeus precisavam de mais matéria prima, de mais combustível e de mais mercados consumidores. A Europa, continente que nunca teve grandes reservas minerais, foi obrigada a buscar novamente essas riquezas em outros lugares. E os alvos escolhidos foram os continentes africano e asiático.

Essa ambição levou os países europeus, ou melhor, as suas principais potências industrializadas a realizar um processo de expansão econômica, que denominamos Imperialismo ou Neocolonialismo. Cada potência europeia pegou sua fatia.



Não confunda neocolonialismo com o colonialismo que você estudou anteriormente, aquele do século XVI. O fenômeno do século XIX, agora estudado, desejava fazer das suas conquistas grandes mercados consumidores de produtos industrializados, e também produtores de matéria-prima e de força motriz (combustível). Além disso, a Europa já era outra, agora o homem europeu se autointitulava civilizado. E a sua população crescia e precisava de espaço. Lembra-se do fardo do homem branco? Vai pensando!

Então, o que foi o Imperialismo, Neocolonialismo ou colonização do século XIX?

Com o grande desenvolvimento tecnológico no século XIX, as potências industrializadas da Europa como: Inglaterra, França e a recém-unificada Alemanha, além dos Estados Unidos da América e do Japão, passaram a produzir mais, gerando grandes lucros para os proprietários industriais. Esse fato suscitou alguns problemas: Como alimentar essa produção industrial? Como aumentar o acesso ao petróleo, ao ferro e ao cobre necessários à produção? Onde reinvestir o capital obtido com os grandes lucros? Onde encontrar mão de obra mais barata?

A solução encontrada foi buscar novas áreas produtoras de matéria-prima, com mão de obra abundante e que pudessem receber seus investimentos de forma a aumentarem seus lucros. Nessa busca de novas áreas, iniciou-se um processo conhecido como Neocolonialismo, esse novo tipo de colonialismo, formou dois tipos de colônias: as de assentamento e as comerciais. Apesar de coexistirem, as primeiras destinavam-se, sobretudo, a receber excedente populacional e as segundas tinham como objetivo central fornecer matéria-prima e receber investimentos de capital.

"O Imperialismo é um conceito mais amplo que abrange o conceito mais específico de Neocolonialismo. Denomina-se de Imperialismo a fase na qual o sistema capitalista torna-se industrialmente mais tecnológico, utiliza-se de métodos mais agressivos na busca de mercados, adquire uma abrangência mundial e passa a ser conduzido e manipulado por empresas multinacionais e por grandes bancos. Dois dos componentes fundamentais do Imperialismo são o capitalismo monopolista e o capitalismo oligopolista (...). Nessa busca desenfreada por novos mercados consumidores de industrializados, pelo fornecimento de matérias-primas e de combustíveis, e por locais para novos investimentos é que as potências europeias passam a conquistar novas colônias na África, Ásia e Oceania. O Neocolonialismo, portanto, é o terceiro componente do Imperialismo, ou seja, um desdobramento da evolução do capitalismo contemporâneo.

Fenômeno típico do século XIX, o Imperialismo ou Neocolonialismo demarcou o processo de expansão do capitalismo industrial pela Europa.(...) Diferente da colonização desenvolvida na Idade Moderna, os neocolonialistas não tinham a obtenção de gêneros tropicais e metais preciosos entre seus maiores interesses. Os neocolonialistas pretendiam transformar a população local em um mercado consumidor regular de seus produtos e fornecedor de matérias-primas que estivessem ligadas à expansão dos maiores setores industriais e o desenvolvimento de novas tecnologias que reduzissem os custos de produção.

O neocolonialismo foi a principal expressão do imperialismo, forma assumida pelo capitalismo, a partir da Segunda Revolução Industrial. Foi incrementado a partir de 1880, e tinha por base uma nova divisão econômica e política do mundo pelas potências capitalistas em ascensão. Na segunda metade do século XIX, países europeus como a Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica e Itália, eram considerados grandes potências industriais. Na América, eram os Estados Unidos que apresentavam um grande desenvolvimento no campo industrial."

<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=52881>



Essa nova forma de colonizar trouxe dentro de si uma corrida imperialista, onde as potências desenvolvidas tecnologicamente estabeleciam áreas de influência.

Percebeu? Império! Conquista de território! Áreas de influência! Imperialismo.

Acontece, então, devido à expansão imperialista, o que se denominou Partilha da África e da Ásia.

É isso mesmo, partilha... divisão, distribuição de pedaços... É! Pode acreditar, os europeus chegaram, escolheram, cada um, uma fatia. Entendeu por que a imagem do início da primeira seção mostra a pizza fatiada entre as potências e o mapa, a seguir, mostra as áreas africanas como áreas inglesas, francesas, belgas, alemãs, portuguesas, espanholas etc.?

O pontapé inicial da partilha da África foi a chamada Conferência de Berlim (1884-1885), realizada na Alemanha, para estabelecer as regras básicas para a divisão das áreas de influência.

Saiba Mais

Artigo 34 da Conferência de Berlim

Segundo o “Art.34 – A potência que, no futuro, tome posse de um território nas costas do continente africano situado fora das possessões atuais, ou que, não as tendo até então, venha a adquiri-las, e do mesmo uma potência que assuma o protetorado, acompanhará a ata respectiva duma notificação dirigida às outras potências signatárias da presente ata, a fim de pô-las em condições de valer, se disso for o caso, as suas reclamações”.

Observe o mapa:



Figura 6: Os colonizadores da África.

O que ficou com quem? Compare o mapa da África antes com o mapa do continente depois da partilha. Viu a diferença?

A França iniciou suas conquistas imperialistas pela Argélia entre 1830 e 1857. Logo após, os franceses se estabeleceram na Tunísia, tendo seu domínio expandido até as regiões de Madagascar e Marrocos. Em 1891, Portugal ganhou a posse de Angola e Moçambique.

A África Oriental ficou como áreas de influência da Inglaterra e da Alemanha que chegaram a um acordo em 1893. A Inglaterra ficou também com controle da África central e em 1889, a Convenção Anglo-francesa, definiu as disputas no Egito e finalmente, em 1902, os ingleses venceram os **Bôers** ou Bôeres (para o português) e ficam soberanos na África do Sul.

Bôers

Bôers é o nome pelo qual ficaram conhecidos os colonos holandeses que estavam na região ao sul do continente africano. Conforme novas descobertas de ouro e diamante ocorriam na região, os bôers eram obrigados a se deslocarem por ordem dos ingleses. Chegaram a receber ajuda dos franceses e alemães, em uma guerra, para manterem seus domínios, mas foram derrotados pelos ingleses, em 1902.

A desculpa do Homem civilizado...

Mas como explicar a presença branca na África? Como justificar a chegada do homem europeu em uma terra rica, mas que não lhe pertencia? Como expulsar os aventureiros e particulares? Como fazer a presença do invasor ser aceita? Lembra-se dos personagens, Tarzan e Fantasma?

Pois é, retomemos essas ideias para entender a presença branca e a aceitação da população dessa “invasão”.

Nasceu uma ideia, a chamada “Missão Civilizadora”, que vai ser justificada por estudos pseudocientíficos que garantiam o mito da supremacia racial do branco sobre o preto e/ou amarelo! Lembra, está no início da Unidade.

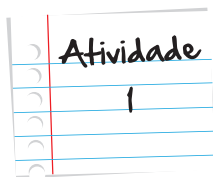
Todas essas questões estavam representadas no ideal de “missão civilizadora” que, junto às teorias racistas, como o darwinismo social, tiveram importante papel na justificação da dominação imperialista, ao defenderem a superioridade dos povos brancos sobre “os de cor”. A “*raça branca*”, que se atribui o *status* de raça superior, assumiu, a partir dessas teorias, a missão de levar *progresso, desenvolvimento e civilização* àqueles povos que consideravam incivilizados e racialmente inferiores.

Não podemos, contudo, esquecer que a conquista se deu, também, pela aliança entre os exploradores e as elites locais, que passaram a desfrutar de prestígio social e econômico entre a população explorada.

Você já deve saber, mas não custa lembrar:

O “**darwinismo social**” – Teoria criada pelo filósofo e sociólogo inglês Herbert Spencer – tenta aplicar ao mundo social as ideias de Charles Darwin, que defende a existência de “leis naturais” que comandavam a evolução das espécies. O darwinismo social acabou sendo uma teoria amplamente utilizada pelos governos europeus para justificar seus domínios na Ásia e na África no período do Imperialismo. A classificação das sociedades em bárbaras e civilizadas, atrasadas e evoluídas criou as condições para o aumento do preconceito contra os povos desses continentes, que eram vistos como inferiores em relação aos europeus.





O Fardo do Homem Branco

Rudyard Kipling

Tomai o fardo do Homem Branco -	As portas que não deves entrar
Envia teus melhores filhos	As estradas que não deves passar
Vão, condenem seus filhos ao exílio	Vá, construa-as com a sua vida
Para servirem aos seus cativos;	E marque-as com a sua morte.
Para esperar, com arreios	(...)
Com agitadores e selváticos	Tomai o fardo do homem branco –
Seus cativos, servos obstinados,	Vós, não tenteis impedir –
Metade demônio, metade criança.	Não clamem alto pela Liberdade
Tomai o fardo do Homem Branco -	Para esconderem sua fadiga
Continua pacientemente	Porque tudo que desejem ou sussurrem,
Encubra-se o terror ameaçador	Porque serão levados ou farão,
E veja o espetáculo do orgulho;	Os povos silenciosos e calados
Pela fala suave e simples	Seu Deus e tu, medirão.
Explicando centenas de vezes	Tomai o fardo do Homem Branco!
Procura outro lucro	Acabaram-se seus dias de criança
E outro ganho do trabalho.	O louro suave e ofertado
(...)	O louvor fácil e glorioso
Tomai o fardo do Homem Branco -	Venha agora, procura sua virilidade
Sem a mão-de-ferro dos reis,	Através de todos os anos ingratos,
Mas, sim, servir e limpar -	Frios, afiados com a sabedoria amada
A história dos comuns.	O julgamento de sua nobreza.

Fonte: http://pt.wikisource.org/wiki/O_fardo_do_Homem_Branco (s/ nome do tradutor)

Retire deste texto, dois trechos ou estrofes que explicam o significado da “Missão civilizatória” citada anteriormente.

Anote suas
respostas em
seu caderno

E a Ásia?

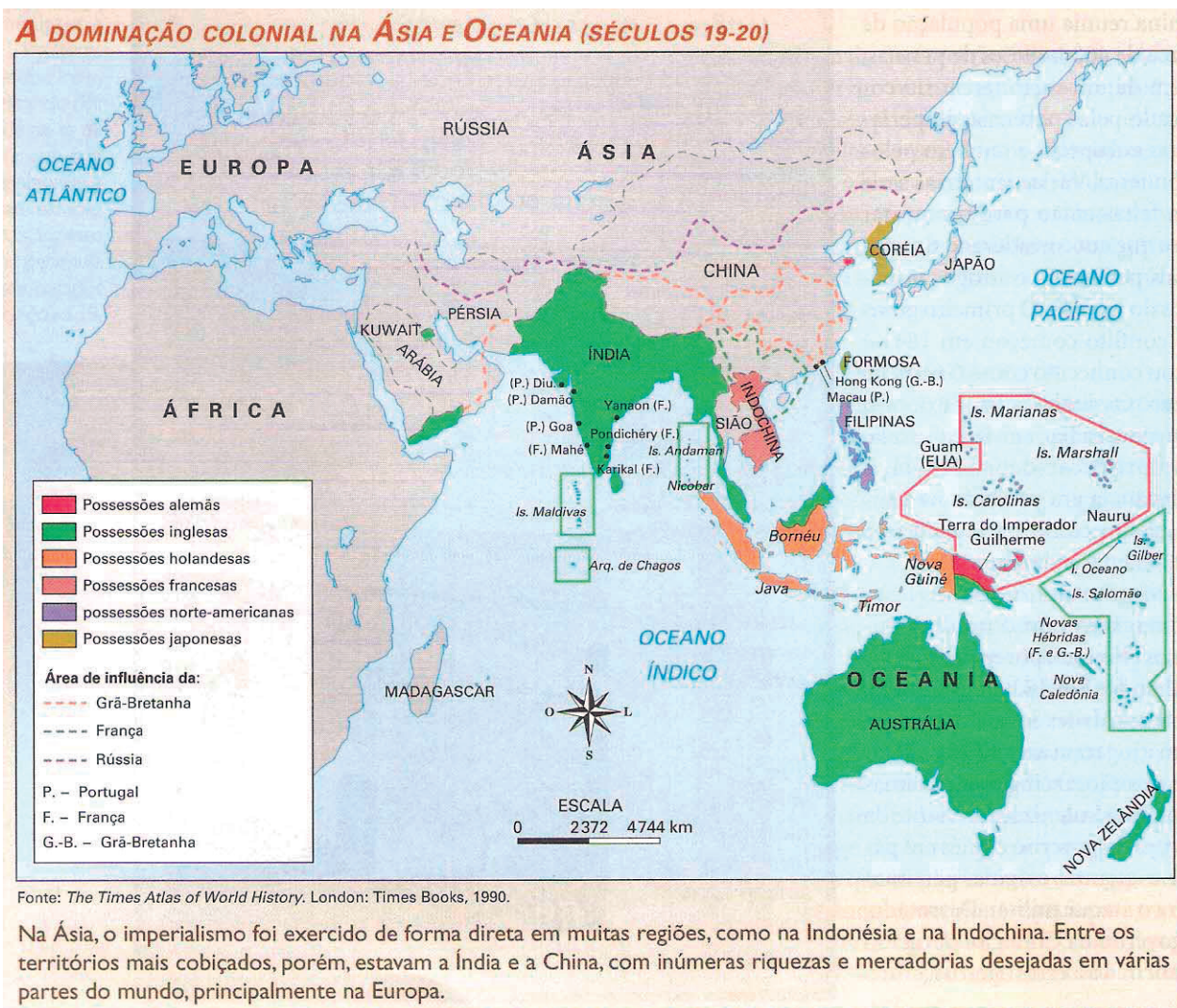


Figura 7: A dominação colonial na Ásia e Oceania.

A influência e o domínio de países europeus na Ásia estiveram presentes, desde o século XVI, com o início das Grandes Navegações. Como Portugal foi o primeiro país a chegar à Ásia através de uma rota diferenciada da que ocorria no Mar Mediterrâneo, foi possível que se estabelecesse na região e intensificasse a exploração de especiarias que eram muito valorizadas pelos europeus. Os portugueses mantinham suas possessões e explorações em várias localidades como Goa, Macau e Nagasaki e as relações entre Europa e Ásia se resumiam basicamente à exploração de especiarias realizada através dos portos asiáticos.

A ocupação e a exploração do continente asiático pelas potências europeias no século XIX não transcorreu de maneira uniforme dentro do continente, ou mesmo de uma região para outra. A Inglaterra realizou sua incursão imperialista através da conquista do Egito e a obtenção do importante Canal de Suez, que possibilitou a integração entre os grandes centros industriais europeus e as colônias asiáticas, o que se viabilizou pela ligação entre os mares Mediterrâneo e Vermelho.

Saiba Mais

O Canal de Suez

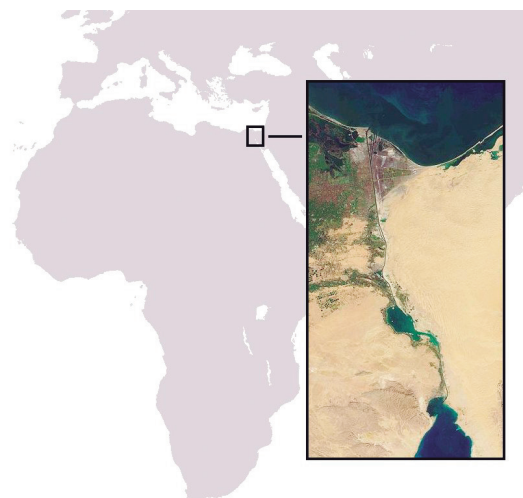


Figura 8: O Canal de Suez

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_do_Suez

O Canal de Suez é um canal artificial, construído entre 1859 e 1869, que liga Porto Said, no Mar Mediterrâneo, a Suez, no Mar Vermelho. Possui mais de 100 km de extensão, 170 metros de largura e 20 metros de profundidade. É uma das vias marítimas mais importantes do mundo, pois é o eixo de união entre o Oriente e Ocidente, sendo um dos grandes focos da economia do Egito. O Canal, também, separa os continentes da África e Ásia.

A colônia que mais sofreu a influência do imperialismo inglês foi a Índia, já que além das transformações culturais, os indianos também sofreram influências na esfera econômica, pois os comerciantes locais foram prejudicados pela concorrência industrial da Inglaterra. O domínio não foi aceito de forma pacífica e causou uma reação de vários povos ou grupos que não aceitaram este sistema explorador e partiram para a reação contra o dominador.

Na Ásia, não encontramos um continente constituído por tribos, reinos ou Impérios com a diversidade da África. Ela era palco de algumas histórias de grandeza e cultura organizadas com complexidade de forma milenares. Este

fato acabou por dificultar, mas não impedir, a intervenção dos europeus nos territórios asiáticos, que seriam invadidos ainda pelos Estados Unidos e Alemanha, que promoveriam conquistas espalhadas pelas diversas ilhas do Oceano Pacífico, estabelecendo pontos estratégicos militarmente e para o comércio marítimo.

Nessa partilha, a França ficou com a Indochina, nome da região hoje formada pelos atuais países: Vietnã, Camboja e Laos. E o Japão, iniciou sua briga por áreas de influências após a sua grande mudança interna, a revolução Meiji.

A Revolução Meiji foi uma das mais radicais mudanças sociais e políticas da história do Japão. Para entendermos melhor esta modificação, é importante lembrar que, na primeira metade do século XIX, a sociedade japonesa ainda se organizava de uma forma muito próxima ao sistema feudal, com uma nobreza guerreira e reis fracos. Mas, o que levou o tradicional Japão a realizar tantas alterações na sua estrutura militar, política e social?

Em primeiro lugar, a decadência do regime de poder dos xoguns, que enfrentava uma crise financeira e fiscal dificultando sua manutenção; em segundo, a pressão norte-americana para que o país se abrisse ao comércio e à cultura ocidental; e uma terceira questão refere-se à insatisfação de alguns príncipes japoneses, que não concordavam com a supremacia de algumas regiões sobre as decisões políticas.

O sucesso da Restauração Meiji tirou o Japão do isolamento em que se encontrava, sendo de fundamental importância para transformações que viriam a colocar o país na situação de primeira potência econômica e militar não ocidental e, também, a primeira nação fora do eixo Europa-EUA a derrotar um exército ocidental, o russo, em 1905, na Guerra Russo-Japonesa. O intercâmbio de relações refletiu-se sobre o movimento migratório e os japoneses, aos poucos, foram se espalhando pelos vários continentes no exercício de diferentes atividades.



Saiba Mais

Atividade

2



Figura 8

Esta charge ironiza a justificativa para o imperialismo: a de que esses países levariam à África e à Ásia a civilização, a razão, os benefícios da modernidade.

Diante do que você já conheceu sobre o assunto:

- Identifique na charge os países que tomaram a frente do processo.
- Quais eram os objetivos da conquista da Ásia e da África, durante a segunda metade do século XIX, pelas principais potências imperialistas?

Anote suas
respostas em
seu caderno

Seção 3

Movimentos de resistência ao imperialismo. Mas nem tudo deu certo para os “civilizadores”!

Foi durante a Era Vitoriana (1837-1901) que o imperialismo inglês atingiu seu apogeu. Esse período corresponde ao longo reinado da famosa rainha Vitória, que chegou ao trono com 18 anos de idade e atuava pessoalmente nos negócios da coroa. Apesar de governar com punho forte, o país enfrentou alguns problemas: A Guerra do Ópio, na China (entre 1839-1842 e 1856-1860); a Revolta dos Cipayos, na Índia (1857-1858) e a Guerra dos Boxers, na China (1899-1901).

A Guerra do Ópio – Ocorreu na China e teve como principal ponto a proibição das autoridades chinesas de comercializar o ópio, que era produzido pelos ingleses e vendido aos chineses. Para defender seu comércio lucrativo, a Inglaterra declarou guerra à China. Com a vitória inglesa, ela retomou a comercialização do produto.

A Revolta dos Cipayos – Foi protagonizada por um grupo indiano nativo que se revoltou contra a exploração comercial inglesa que já existia desde o século XVII, através das Companhias das Índias Orientais. As tropas nativas foram massacradas e a Inglaterra ao fim do conflito converteu a Índia em área de domínio inglês. Esse domínio fez nascer na Índia um movimento nacionalista e, em 1885, originou-se o Congresso Nacional Indiano, objetivando participação indiana na administração do país.



Saiba Mais

Um exemplo de resistência ao civilizador foi a *Guerra dos Boxers*. A China um dos maiores alvos do neocolonialismo do século XIX reagiu!

Os Boxers, chamados assim, por serem lutadores chineses, não se conformaram com a fragilidade do poder imperial diante do imperialismo inglês, e criaram um grupo que se denominou *sociedade dos punhos harmoniosos e justiceiros*. Com um discurso nacionalista, reagiram violentamente à presença dos estrangeiros.

Os Boxers, nos anos de 1900 e 1901, tiveram três principais alvos em suas revoltas. Eles eram contra: 1) a interferência estrangeira na China; 2) os cristãos fanáticos e 3) a própria dinastia Manchu, que era acusada de passividade por não reagir às invasões imperialistas.

A monarquia chinesa foi obrigada então, pelas forças internacionais, a assinar, no dia 7 de setembro de 1901, a Paz ou Protocolo de Pequim através do qual se oficializaram os acordos que puseram fim à Guerra dos Boxers, e no qual também se garantia a liquidação das sociedades secretas e ficava proibida a importação de armas. Além de

derrotado, o governo chinês se viu obrigado a pagar uma pesada indenização em ouro, liberar novos portos às embarcações estrangeiras e aceitar a política das “Portas Abertas”.

Portas abertas! Perceberam?! Os portos foram liberados a todas as embarcações estrangeiras e foram dadas várias concessões econômicas aos países ocidentais.

Mas não foi só a Ásia que chiou! Olha a África!

Em 1904, praticamente todo território africano já estava partilhado entre as potências europeias. Só dois ainda permaneciam independentes: Etiópia e República da Libéria.

Essa partilha teve diversas faces: em alguns pontos, os europeus mantiveram as administrações locais e compartilharam o seu comando, em outras, o modelo foi de uma intervenção direta do colonizador. Sob o ponto de vista econômico-social a partilha gerou uma dependência da comunidade africana em relação aos seus colonizadores, e também um vínculo de produção e subtração de recursos africanos ao sistema capitalista. Sem dúvida, novas atividades econômicas surgiram, mas, por iniciativa europeia e sempre voltadas para os interesses estrangeiros.

Novas realidades sociais e ideológicas surgiram, pois não houve a preocupação por parte dos europeus de realizar uma adaptação aos padrões culturais africanos.

O mito da superioridade do homem branco veio com a partilha, contudo, justamente pela diversidade política, cultural, social e étnica do continente africano, movimentos de resistência se iniciaram na tentativa de preservar ou restaurar os valores étnico-culturais dos nativos.

Algumas áreas ainda viviam em comunidades de pastores nômades como a Costa do Ouro e o Golfo da Guiné; em outras, como as regiões ocidentais da África, havia a predominância do Islã. Todas as áreas foram palco de resistências e rebeliões. Umas fundamentadas na questão religiosa, e outras, pelo descontentamento da situação imposta pelos estrangeiros, que desestruturou a antiga organização.

Todos esses territórios tiveram de abandonar suas formas tradicionais de produção e pensamento para se enquadrarem ao modelo capitalista trazido pelos europeus. Antigas comunidades de camponeses tribais tiveram que se transformar em mão de obra barata para as grandes plantações especializadas, adaptadas às necessidades europeias, como o cacau da Costa do Ouro e do Congo belga, ou ainda, a extração do ouro na Rodésia e Ghana, e a de diamantes na África do Sul.

Vejamos um exemplo desses movimentos de resistência.

A Etiópia é o país independente mais antigo da África e nunca foi colonizado. No fim do século XIX, a Itália quis colonizar a Etiópia (antiga Abissínia); no entanto, os etíopes derrotaram os italianos durante a Primeira Guerra Ítalo-Etíope que corresponde à invasão italiana na Abissínia, ocorrida entre os anos 1895 e 1896.

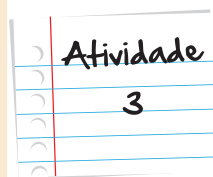
Ao fim do século XIX, quase que como reação imediata, nos Estados Unidos da América nascia o pensamento anti-imperialista. Já em 1898, fundou-se a Liga Anti-imperialista dos Estados Unidos.

Será que os Estados Unidos da América não eram imperialistas? Antes de responder, volte à charge da Atividade 2 e lembre-se da Seção 2. O que concluiu?!

Complete o quadro síntese com as informações dadas pelos mapas presentes na unidade:

Império Europeu	Continente Africano	Continente Asiático
Império Inglês		
Império Francês		
Império Alemão		
Império Português		

Anote suas
respostas em
seu caderno



Resumo

Nesta unidade você aprendeu que:

- Existem diferentes características econômicas, sociais e culturais entre os vários reinos africanos, que foram ignoradas pelos interesses europeus durante a Partilha da África.
- É importante conhecer e valorizar a história dos africanos e asiáticos, e a importância da diversidade cultural e étnica desses continentes.
- O capitalismo no século XIX buscou, através do neocolonialismo e do imperialismo, a inclusão de novas áreas do capitalismo internacional.
- A interferência das nações europeias durante o período imperialista, também chamado Neocolonialismo do século XIX, deixou marcas negativas, vivenciadas pelos povos colonizados até os dias de hoje.
- A cultura é um importante meio de resistência.
- As ideias do darwinismo social e a missão civilizadora eram argumentos utilizados para justificar o domínio europeu sobre os povos africanos e asiáticos.

Veja ainda

Filmes

- **Tarzan, o filho das Selvas.** Direção de John Derek. EUA, 1981.

O filme retrata as aventuras de Tarzan, o rei da Selva, para salvar a jovem inglesa, Jane, e a floresta de perigosos mercenários.

- **As montanhas da Lua.** Diretor: Bob Rafelson. EUA, 1990.

O filme aborda as expedições dos exploradores Richard Burton e John Speke que, em meados do século XIX, empreenderam uma em busca da nascente do Rio Nilo. O conhecimento geográfico e cultural preparou a dominação dos ingleses na região.

Imagens

Figura 1: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Tarzan>

Figura 2: http://pt.wikipedia.org/wiki/O_Fantasma

Figura 3: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=52244>

Figura 4: Fonte: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=52881>

Figura 5: Fonte: História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 / editado por Albert Adu Boahen. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010, p. 2. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190255POR.pdf>>

Figura 6: Fonte: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=52881>

Figura 7: Fonte: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=52881>. Figura 8:

Figura 8: http://pt.wikipedia.org/wiki/O_Fardo_do_Homem_Branco

Referências

- BOAHEN, Albert Adu. *História geral da África*, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 / editado por MEC. Brasília: UNESCO, 2010.
- BRUNSCHWIG, Henri. *A partilha da África Negra*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- CRUZ, Sergio A. *Movimentos sociais e políticos africanos do século XIX ao século XXI: uma visão histórica*. In: www.academia.edu/3488906
- HOBSBAWM, Eric. *A era do capital* (1848-1875). Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.
- _____. *A era dos Impérios* (1875-1914). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SILVA, Kalina Vanderlei e SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2006.

Atividade 1

Pode variar de acordo com a sua leitura, pois todas as estrofes e versos dão a ideia de sacrifício do branco para com os selvagens, como exposição ao perigo. Denota a ideia de que o branco tem o dever de levar seu projeto de vida e visão de mundo para os selvagens.

Atividade 2

- Por ordem: EUA, Inglaterra, Alemanha, França.
- Dentre os vários objetivos da conquista da África e Ásia no século XIX pelos países europeus, podemos citar, principalmente: a busca de matérias-primas; a aplicação de capitais excedentes; a procura de novos mercados para os manufaturados; espaço para excedente populacional.

Atividade 3

Império Europeu	Continente Africano	Continente Asiático
Império Inglês	Sudão; Rodésia; Nigéria; África Oriental e Inglesa; protetorado Egito; Colônia do Cabo; África do Sul.	Índia; Birmânia (Mianmar).
Império Francês	Somália; Madagascar; Argélia e Norte e Noroeste da África.	Vietnã; Cambojas; Laos.
Império Alemão	África Oriental; África sudoeste, Camarões e Togo.	
Império Português	Angola e Moçambique; Guiné, São Tomé e Príncipe.	Timor-Leste e enclaves na Índia e na China (Macau).



O que perguntam por aí?

Questão 1 (UERJ 2009)

A continuidade dos conflitos sociais na África revela a persistência de obstáculos às políticas de desenvolvimento nesse continente, desde o final do século XIX. Mesmo com alguns ensaios de democracia, repetiram-se, em 2008, eventos que indicam como a África está longe da paz e da estabilidade.

A associação adequada entre país e causa direta de um conflito atual está expressa na seguinte alternativa:

- a. Cabo Verde – guerras civis;
- b. Quênia – disputas eleitorais;
- c. Angola – antagonismos religiosos;
- d. Burkina Faso – crises econômicas.

Resposta: Letra B

Questão 2 (ENEM 2002)

"O continente africano em seu conjunto apresenta 44% de suas fronteiras apoiadas em meridianos e paralelos; 30% por linhas retas e arqueadas, e apenas 26% se referem a limites naturais que geralmente coincidem com os de locais de habitação dos grupos étnicos". MARTIN, A. R. Fronteiras e Nações. Contexto, São Paulo, 1998.

Diferente do continente americano, onde quase que a totalidade das fronteiras obedecem a limites naturais, a África apresenta as características citadas em virtude, principalmente,

- a. da sua recente demarcação, que contou com técnicas cartográficas antes desconhecidas;
- b. dos interesses de países europeus preocupados com a partilha dos seus recursos naturais;
- c. das extensas áreas desérticas que dificultam a demarcação dos "limites naturais";
- d. da natureza nômade da população africana, especialmente aquelas oriundas da África Subsaariana;
- e. da grande extensão longitudinal, o que demandaria enormes gastos para demarcação.

Resposta: Letra B





O longo século XIX: Imperialismo e caudilhismo nas Américas

Fascículo 4
Unidade 8

O longo século XIX: Imperialismo e caudilhismo nas Américas

Para início de conversa...

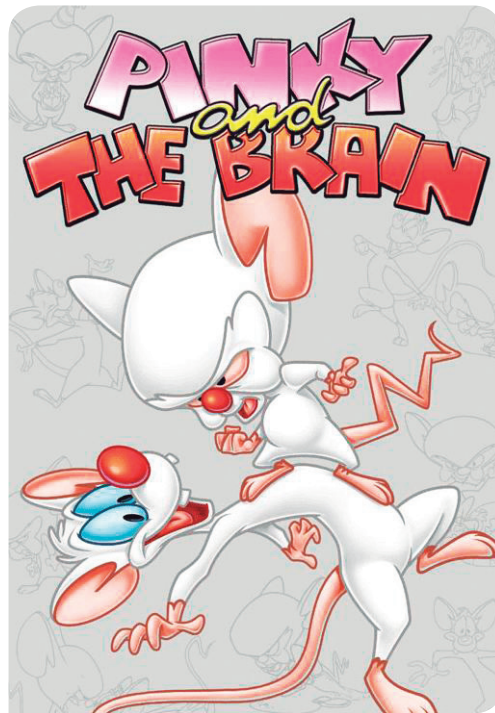


Figura 1: Pinky e o Cérebro, desenho da Warner Bros.

Durante a década de 1990, o estúdio americano *Warner Bros Pictures* produziu um desenho que contava as aventuras de dois ratos brancos – Pinky e Cérebro – que utilizavam os Laboratórios Acme como base de seus planos para conquistar o mundo. Cérebro era um rato extremamente inteligente e que tinha o sonho de conquistar o mundo. Pinky, seu fiel e atrapalhado parceiro, não era muito esperto, sendo sempre o responsável por arruinar os planos de conquista do mundo de seu amigo Cérebro.

O desenho era caracterizado pela célebre frase de início e final de cada episódio. Nela, Pinky perguntava: "Cérebro, o que faremos amanhã à noite?" e Cérebro respondia: "A mesma coisa que fazemos todas as noites, Pinky... Tentar conquistar o mundo!" O imperialismo, que você verá nesta unidade, pode ser entendido desta forma! Ele nada mais foi que a busca das principais potências mundiais, os países europeus e os EUA, por tentar conquistar para si as maiores zonas de influência do mundo, exercendo o domínio sobre elas. Trataremos aqui mais detalhadamente do processo imperialista nas Américas.

Ainda nesta unidade, aprofundaremos o seu conhecimento a respeito da realidade política das Américas, com destaque para as repúblicas *criollas* das ex-colônias espanholas e a prática política que ficou conhecida como caudilhismo, assim como retrataremos o início da experiência republicana no Brasil e os movimentos sociais que o acompanharam.

Objetivos de aprendizagem

- Caracterizar o Imperialismo do século XIX;
- Identificar as ações imperialistas nas Américas;
- Caracterizar as repúblicas *criollas* nas Américas;
- Diferenciar liberais e conservadores na política hispano-americana;
- Conceituar caudilhismo;
- Identificar a organização política da república;
- Caracterizar a constituição de 1891;
- Relacionar os conceitos de coronelismo, política dos estados e política do café com leite;
- Reconhecer a importância dos protestos, revoltas e demais ações coletivas das camadas populares na Primeira República.

Seção 1

0 Imperialismo nas Américas

Segundo o historiador britânico Eric J. Hobsbawm, o Imperialismo pode ser entendido como um período da história ocidental, no qual cerca de um quarto da superfície continental do globo foi distribuída ou redistribuída entre meia dúzia de Estados. O domínio territorial de diferentes partes do mundo ficou limitado às grandes potências europeias – Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Holanda, Portugal, Bélgica, Espanha, Rússia e o Império Otomano –, e aos EUA.



Figura 2: O Colosso de Rhodes: Caricatura de Cecil John Rhodes, depois que ele anunciou planos para uma linha telegráfica e da estrada de ferro da Cidade do Cabo ao Cairo.

Nesta unidade, vamos estudar as transformações históricas que conduziram a Europa a determinado tipo de desenvolvimento econômico e social que chamamos de mundo moderno ou simplesmente de sistema capitalista.

O período nomeado como "Era dos Impérios" ocorreu entre os anos de 1875 e 1915, sendo os continentes africano e asiático os principais pontos de colonização das superpotências europeias. No entanto, vale ressaltar que o processo imperialista não representou apenas a conquista de territórios, mas sim, a imposição econômica, política, cultural e religiosa das nações ocidentais europeias frente aos povos conquistados, percebidos como "exóticos", "sub-desenvolvidos" e "bárbaros". O imperialismo do século XIX foi subproduto de uma economia internacional fundada na rivalidade entre diversas economias industriais concorrentes, intensificada pela pressão econômica de 1880.

Mas, e a América Latina? Como ela se relacionou com o imperialismo desempenhado pelas grandes potências mundiais? Como se deu a participação dos EUA no processo imperialista?

A América Latina – exceção do Caribe e de alguns territórios da América do Sul – não sofreu uma ocupação militar e/ou territorial por parte das grandes potências europeias. Desta forma, o continente americano não foi afetado pelo sistema de divisão de territórios implementado pelos países europeus. Os recentes processos de emancipação política dos países latino-americanos frente às metrópoles europeias, fizeram com que os europeus procurassem adotar outras estratégias para obter benefícios e dominarem a região. A Grã-Bretanha, maior potência econômica do século XIX, buscou exercer seu domínio imperialista sobre os povos latino-americanos atuando em diversos setores da economia daqueles países. Empréstimos de dinheiro, controle de bancos, instalação de companhias de seguros, auxílio no maquinário industrial, construção de ferrovias, foram algumas das áreas em que os britânicos empregaram dinheiro, provocando assim um grande endividamento externo desses países. Desta forma, a Grã-Bretanha exerceu o que a historiografia convencionou chamar "**Império informal**", investimentos das empresas britânicas na região, que passavam a controlar boa parte da infraestrutura dos países latinos, como as ferrovias, os serviços de bondes, água, esgoto, gás, eletricidade, telefonia. Além do domínio britânico, uma nação daquele continente começava a emergir politicamente e economicamente durante o século XIX, os Estados Unidos da América.

Os EUA rapidamente tornaram-se uma importante economia no cenário mundial. Com investimentos em ferrovias, extração de minérios, ouro e petróleo, os norte-americanos desenvolveram grandes empresas do setor petrolífero e industrial. Nesse sentido, a América Latina tornou-se importante região para atender aos interesses capitalistas norte-americanos, e local apropriado para extrair matérias-primas necessárias para abastecer uma sociedade em crescente expansão populacional.

A doutrina do **Destino Manifesto** garantiu aos estadunidenses a justificativa perfeita para implementar e expandir seus interesses imperialistas sobre o globo, em especial na América Latina, sobretudo sobre a região do Caribe. O imperialismo norte-americano teve início com a *Doutrina Monroe*, desenvolvida pelo presidente James Monroe (1817-1825) no ano de 1823, através da conhecida expressão "*América para os americanos*", que defendia a soberania

dos países americanos frente a qualquer tentativa de recolonização da América pelos europeus. Diferentemente do que ocorria na África e na Ásia, a América Latina era uma região que não possuía uma séria rivalidade entre as grandes potências europeias – após findados os processos de emancipação política – não despertando, nem da Grã-Bretanha e muito menos das demais forças europeias, motivos para desrespeitar a Doutrina Monroe. Na verdade, tendo em vista o projeto imperialista norte-americano dos séculos XIX e XX, não seria equivocado uma ligeira alteração na famosa expressão da referida doutrina, dando lugar a uma sentença mais exata para o propósito estadunidenses: “*América para os norte-americanos*”.

Destino Manifesto

Doutrina pela qual os norte-americanos acreditavam que seu modelo político e social era superior ao da maioria das demais nações ocidentais, isto é, ao dos países europeus, e, portanto, haviam sido escolhidos por Deus para comandar, libertar e guiar o mundo no caminho do progresso, do respeito aos princípios democráticos e aos ideais de liberdade, reservando a eles um papel de destaque no cenário mundial.

Os EUA decidiram exercer sua política imperialista dominando setores estratégicos da economia de diversos países latino-americanos, isto é, setores que moviam e sustentavam a economia dessas nações. Dessa maneira, os norte-americanos passaram a controlar o cobre chileno, o estanho boliviano, o petróleo mexicano e o venezuelano. Um exemplo do imperialismo norte-americano e uma prova da ação brutal da força econômica das nações imperiais sobre a vida econômica dos países dominados foi Cuba.

Os norte-americanos, com investimentos na produção de gêneros agrícolas (açúcar e tabaco) em Cuba – posseção espanhola – entraram em conflito com a Espanha e ajudaram indiretamente a ilha caribenha a se livrar do domínio espanhol através da *Guerra Hispano-Americana*, em 1898. O conflito que resultou em derrota espanhola foi altamente favorável aos EUA, que acabaram por tomar dos espanhóis, Porto Rico e as Filipinas, estendendo posteriormente seus domínios ao Havaí e às ilhas de Guam. No entanto, a independência cubana foi relativa. Se conseguiram se livrar dos espanhóis, o mesmo não ocorreu em relação aos Estados Unidos. Como resultado do apoio norte-americano no conflito, os cubanos foram obrigados a assinar a *Emenda Platt* (1901), que deu aos estadunidenses o direito de intervir na ilha, bem como de construir uma base militar na região, a famosa base de Guantánamo. Desta forma, iniciava-se o que popularmente ficou conhecido a respeito do domínio americano na região; Cuba era o “quintal dos EUA”.

Saiba Mais

Mais um exemplo da intervenção dos norte-americanos na região ocorreu no processo de independência dos panamenhos frente à Colômbia, em 1903. Conquistada a emancipação política, o Panamá garantiu aos Estados Unidos a construção do estratégico Canal do Panamá – importante ponto para o comércio internacional que liga o Oceano Pacífico ao Oceano Atlântico – deixando a administração do canal sob controle norte-americano até 1999.



Figura 3: Eclusas do Canal do Panamá.

As atuações dos Estados Unidos na América Central possibilitaram o desenvolvimento de outras ideologias ou políticas norte-americanas. Associando interesses econômicos à intervenção militar, Theodore Roosevelt (1901-1909) promoveu a política externa do **Big Stick** ("grande porrete") que, aplicado às relações internacionais, pregava uma diplomacia estadunidense que poderia negociar, mas que também estava pronta para usar a força.



Figura 4: Charge americana sobre a política do Corolário Roosevelt e o *Big Stick*.

Big Stick

A expressão "*Big Stick*" vem de um ditado africano que poderia ser traduzido como "*fale mansamente, mas carregue nas mãos um grande porrete, assim irás longe*".

A política do *Big Stick* perdurou até o início da década de 1930. Com a ascensão do presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt, nos Estados Unidos (1933-1945), ocorreu uma clara mudança de estratégia no relacionamento norte-americano com a América Latina. A partir de então, os estadunidenses implementaram a chamada *política da boa vizinhança*, que tinha como principal característica o abandono da prática intervencionista norte-americana sobre as nações latino-americanas, assim como foi praticada uma maior colaboração econômica e militar com os povos da América Latina.

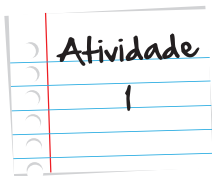
A mudança de estratégia norte-americana visava combater a influência nazista que ganhava a Europa naquele período e que começava a dar frutos entre as nações latino-americanas. Um exemplo da mudança ideológica promovida pelo governo americano está relacionada à criação do personagem Zé Carioca pelo estúdio Walt Disney, em 1942.

Surgido durante o contexto da Segunda Guerra Mundial, como uma das novas personalidades do estúdio americano, ao lado de desenhos conhecidos do grande público como o Mickey, o Pato Donald e o Pateta, Zé Carioca representava o que eles consideravam o típico malandro carioca, com gosto pela dança, por mulheres e por um modo preguiçoso e divertido de ser. Buscava-se assim uma maior proximidade com a América Latina e o Brasil era lugar-chave nessa nova empreitada da política diplomática norte-americana.



Figura 5: O personagem Zé Carioca.

Como muito bem destacou Eric Hobsbawm, a Era dos Impérios foi um período em que o planeta teve uma crescente divisão entre fortes e fracos, isto é, uma clara separação entre "avançados" e "atrasados". Diferenças que explicam, em parte, os graves problemas de desigualdade social pelo qual ainda nos dias presentes passam as nações do grupo hoje intitulado "países emergentes".



Leia, atentamente, o trecho a seguir e faça o que se pede.

“

Julgamos propícia esta ocasião para afirmar, como um princípio que afeta os direitos e interesses dos Estados Unidos, que os continentes americanos, em virtude da condição livre e independente que adquiriram e conservam, não podem mais ser considerados, no futuro, como suscetíveis de colonização por nenhuma potência europeia [...]

(Mensagem do Presidente James Monroe ao Congresso dos EUA, 1823)

”

Este fragmento faz referência a uma importante doutrina que guiou os EUA em seu projeto imperialista. Cite o nome desta doutrina e explique-a. Retire do texto, um trecho para justificar sua resposta.

Anote suas
respostas em
seu caderno

Seção 2

Repúblicas criollas e Pan-americanismo

0 Pan-americanismo

Os processos de independência da América Latina, no século XIX, foram marcados pela formação de inúmeras repúblicas – com exceção do Brasil que optou pela via monárquica – e a partir delas, diferentes projetos políticos foram emergindo, vindos das elites **criollas**. Os principais líderes dos processos de emancipação política latino-americana – Bolívar, San Martín, Bernardo O'Higgins, entre outros – partilhavam ideais de liberdade política e econômica, de igualdade jurídica, de progresso entre outros princípios do Iluminismo e da Revolução Francesa. Nesse contexto, o ideal do *Pan-americanismo*, expressado por Simon Bolívar, o Libertador, defendia o princípio de solidariedade entre as sociedades hispano-americanas e a necessidade de uni-las em uma confederação a fim de garantir a independência política latino-americana contra os planos de recolonização da Europa.

Criollas

O termo *criollas* faz referência ao período colonial. Nele, os filhos de espanhóis (colonos), nascidos na América Espanhola, eram conhecidos pelo vocábulo *criollo*. Esta palavra foi empregada como uma forma dos *chapetones* – administradores coloniais nascidos na Espanha – diminuírem e/ou rebaixarem os colonos locais e suas tentativas de ascenderem ao poder administrativo colonial.



Figura 6: Simon Bolívar. Oleo de Ricardo Acevedo Bernal.

Entretanto, essas ideias defendidas por Bolívar acabaram não vingando em razão das disputas entre as elites e dos diferentes projetos políticos, pensados para cada região. Além do mais, a proposta de abolição da escravidão no continente americano defendida por Bolívar ia de encontro a duas importantes nações do continente: EUA e Brasil. Os dois países tinham no trabalho escravo elemento sustentador de suas economias, especialmente o Brasil. De qualquer forma, o Pan-americanismo de Bolívar fez surgir uma corrente política na América que passou a ser intitulada como *Bolivarismo*, em referência ao Libertador das Américas. O "sonho bolivariano" ainda está presente na política hispano-americana, tendo sido uma das principais bandeiras do ex-presidente venezuelano Hugo Chávez.

A formação das repúblicas criollas

Após os processos de emancipação política dos novos Estados americanos, o projeto bolivariano não teve forças para se consolidar na América Hispânica. Ao final da década de 1820, prevaleciam dois grandes projetos: o Liberal e o Conservador. Os liberais – sob influência do Iluminismo e da Revolução Francesa – percebiam os conservadores como atrasados, autoritários e apegados às ideias tradicionais; defendiam o liberalismo econômico, a constituição de leis, a laicização dos Estados, isto é, separá-los da Igreja, a desapropriação de terras, o ensino laico entre outras medidas. Os conservadores – sob influência maior das heranças do período colonial – apoiavam a força do Exército, a preservação dos privilégios estabelecidos desde o período colonial, com a manutenção dos direitos pessoais frente à instituição das leis e à permanência do poder da Igreja junto ao Estado, pois acreditavam ser o ensino religioso fundamental na formação de cidadãos. Para eles, o enfraquecimento da Igreja representaria o caos, a desordem e a anarquia na sociedade. Em geral, os liberais defendiam a centralização do poder, enquanto os conservadores apoiavam o federalismo. No entanto, entre os dois havia um objetivo em comum: a manutenção das hierarquias sociais, isto é, a garantia e conservação do poder das elites *criollas* frente aos camponeses, mestiços, trabalhadores indígenas, negros e escravos.

México

As disputas políticas entre liberais e conservadores podem ser verificadas no caso do México. Neste país, a Igreja reunia grande poder no século XIX; não por acaso era este território que reunia metade dos padres de toda a América espanhola. Vale ressaltar que o processo de independência política do México foi comandado por dois padres, José Maria Morelos e Miguel Hidalgo, que tinham propostas mais populares. No entanto, no novo país, o clero integrava o grupo conservador, que contava ainda com o Exército e os grandes proprietários rurais. Os conservadores defendiam o regime monárquico como única saída para conter qualquer aspiração popular de indígenas e camponeses, sob influência das ideias de Hidalgo e Morelos.

Em oposição aos conservadores, os liberais defendiam um Estado laico, isto é, sem interferência da Igreja, republicano e federativo. Os liberais eram formados pelas camadas médias urbanas. Até o ano de 1854, os conservadores se mantiveram no poder. Nesse ano, os liberais chegaram ao poder e introduziram algumas mudanças importantes como um projeto de reforma agrária e a abolição dos direitos de eclesiásticos e militares de cobrarem pelo uso da terra. No entanto, foi a partir do governo de Porfírio Díaz (1876 até 1911, com breve intervalo entre 1880 e 1884), que as reformas liberais foram aprofundadas. Díaz foi o responsável pela instalação de uma extensa malha ferroviária, com auxílio do capital britânico. Em seu governo, a concentração de terras e a proletarização do campesinato mexicano se intensificaram, bem como as desigualdades sociais aumentaram, garantindo assim os privilégios da elite. Díaz era o presidente do México, quando, em 1910, surgiu a Revolução Mexicana, movimento que reivindicava uma profunda reforma social no México.

Argentina

As lutas pelo controle do Estado também ocorreram na Argentina, onde o processo de unificação territorial e a constituição de um Estado Nacional foram lentos. Após a independência, existiam no país três grandes zonas de influência: a primeira era Buenos Aires; a segunda eram as regiões de Santa Fé, Entre-Rios e Corrientes; e a terceira, Córdoba, La Rioja e Tucumán.

No campo político, a grande disputa ocorria entre Buenos Aires e as demais províncias argentinas do interior. Os liberais, ligados aos grandes comerciantes conectados ao mercado exterior de Buenos Aires, defendiam a centralização política, podendo assim exercer um controle político sobre as demais áreas do território argentino. Enquanto isso, os conservadores – fazendeiros e pecuaristas do interior – defendiam um regime federalista, em oposição ao governo de Buenos Aires.

Dessa forma, os liberais chamavam esses grupos de fazendeiros e pecuaristas de **caudilhos**, entendidos como seres ignorantes, que apoiavam a desordem, que não tinham comando e eram defensores da anarquia, pois os caudilhos apoiavam-se nas massas populares como forma de se manter no poder. Para os liberais, o apoio nas massas era um equívoco, pois os populares eram vistos como baderneiros e partidários da desordem. Portanto, para os liberais os caudilhos representavam a permanência das heranças coloniais da América Espanhola, dando forma ao que a historiografia convencionou chamar *caudilhismo*.

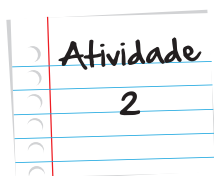
Caudilho

Líder político com interesses regionais com grande apelo junto às massas. Em geral, eram grandes fazendeiros com exércitos particulares, formados por seus trabalhadores, agregados e peões. Assim, o caudilhismo pode ser entendido como um tipo de governo surgido após a independência da América Espanhola, no qual seus líderes exerceram certo domínio sobre a esfera política e lutaram pelo controle do Estado Nacional.

Entre 1830 e 1852, não existiu um governo nacional na Argentina. Durante esse período, a Argentina vivenciou ampla autonomia provincial, isto é, o federalismo. Nesse período, a figura política de maior destaque foi o caudilho Juan Manuel de Rosas, estancieiro dos Pampas argentinos, militar e governador de Buenos Aires. Rosas pretendia transformar a Argentina na maior potência da região platina, indo de encontro aos interesses do governo imperial brasileiro. Em 1851, declarou guerra ao Brasil, mas acabou derrotado no ano seguinte, conseguindo asilo político na Inglaterra.

A queda de Rosas representou a vitória dos liberais e a unificação política, tendo Buenos Aires como centro do governo. A unificação argentina só veio de fato em 1862, sendo estabelecido o Estado oligárquico liberal, tendo a pecuária como grande produto exportador na economia argentina.

Os acontecimentos políticos ocorridos na Argentina do século XIX talvez sejam o melhor exemplo para traçar as características políticas que se desenvolveram na América Hispânica no pós-independência. Como vimos, apesar das diferenças políticas entre liberais (unitaristas) e conservadores (federalistas), os anseios populares das camadas mais baixas não foram atendidos nos primeiros anos de constituição do regime republicano. No entanto, o exemplo argentino não deve estabelecer um modelo único na compreensão de cada país latino-americano. Como vimos no caso mexicano, cada região teve suas particularidades.



“

É uma ideia grandiosa pretender formar de todo o Novo Mundo uma única nação com um único vínculo que ligue as partes entre si e com o todo. Já que tem uma só origem, uma só língua, mesmos costumes e uma só religião, deveria, por conseguinte, ter um só governo que confederasse os diferentes Estados que haverão de se formar; mas tal não é possível, porque climas remotos, situações diversas, interesses opostos e caracteres dessemelhantes dividem a América.

(Simón Bolívar. *Carta da Jamaica* [06.09.1815]. Simón Bolívar: política, 1983.)

”

O fragmento foi escrito por Simón Bolívar. Cite o nome do projeto político defendido por ele. Retire do texto um trecho em que Bolívar expõe alguns problemas para a concretização de seu projeto político.

Anote suas
respostas em
seu caderno

Seção 3

Organização política da 1ª República

“

Nesta república monstruosa, onde não há justiça, nem instrução, nem eleição, nem responsabilidades, a bandeira da federação é a bandeira negra do **corso** cobrindo todas as depredações da pirataria política.

(SOARES, Martim. *O Babaquara*. Subsídio para a história da oligarquia no Ceará. Rio de Janeiro, s/ed., 1912)

”

Corso

Referente a corsário, uma espécie de pirata.

Com essas palavras fortes, Martim Soares apresentou seu entendimento do que era a política brasileira em 1912. Ele estava indignado com as práticas vigentes na República e a incapacidade do governo federal em coibi-las, permitindo o que chamou de “pirataria política”. Quais os motivos que o levaram a atacar tão fortemente a política no período? Que práticas foram essas contra as quais Martins Soares se insurgiu?

Para responder a essas questões, estudaremos nesta seção o período da história brasileira conhecido como Primeira República. Iniciado com a proclamação da república em 1889, o período foi encerrado em 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, que promoveria uma ruptura com o modelo político e a organização do país desde a derrubada da monarquia.

Para facilitar o estudo desse período com seus mais de 40 anos, os historiadores o subdividem em dois momentos bem marcados, com os seguintes governos: *República da Espada (1889-1894)* e *República Oligárquica (1894-1930)*.

Na República da Espada, foram criadas as regras do sistema republicano que durariam até 1930. Algumas dessas regras inclusive estão em vigor até hoje. A palavra “espada” revela a presença dos militares do Exército na chefia do Poder Executivo: Da proclamação em 1889 até novembro de 1891, o Marechal Deodoro da Fonseca comandou o país. Primeiro como Chefe do Governo Provisório (novembro de 1889 a fevereiro de 1891); em seguida, quando a 1ª constituição republicana ficou pronta, o Marechal Deodoro passou a ter o cargo de Presidente da República, comandando o Governo Constitucional, de fevereiro de 1891 a novembro de 1891.

Isso mesmo. Nem você nem nós nos confundimos: a “presidência” de Deodoro durou poucos meses: de fevereiro a novembro de 1891. Por que isso aconteceu? Homem da caserna, militar experiente e veterano da guerra do

Paraguai, Deodoro teve muita dificuldade para negociar com o Congresso Nacional. Por causa disso, tentou fechá-lo, voltando a governar por decreto como fez, da proclamação até a constituição ficar pronta. Ele não contava que a Armada (a Marinha) sairia em defesa da casa legislativa. Diante dessa reação inesperada, o Marechal Deodoro optou pela renúncia, a fim de evitar um conflito armado.

A saída do presidente, de acordo com a constituição, levava o vice-presidente da República, o Marechal Floriano Peixoto, a assumir o cargo. Sua permanência, no entanto, foi muito questionada. A constituição Brasileira era clara: se por qualquer motivo o presidente da República não tivesse completado 24 meses no cargo, o vice deveria assumir e convocar novas eleições imediatamente. Deodoro ficou apenas de fevereiro a novembro como presidente constitucional, não custa lembrar. No entanto, Floriano enfrentou os descontentes e permaneceu no cargo. Por conta dessa e de outras posturas na luta contra seus opositores, o Marechal Floriano seria apelidado “Marechal de Ferro”.

Além de ser conhecido como “Marechal de Ferro”, Floriano Peixoto também era chamado, pelos seus admiradores, de “Consolidador da República”. O principal motivo foi a vitória diante de dois movimentos que ameaçavam o modelo de república que vinha se desenhando desde 1891: a Revolução Federalista (1893-1895) e a Revolta da Armada (1893-1894). A primeira começou no Rio Grande do Sul e chegou a atingir Santa Catarina, levando à intervenção do Governo Federal. Foi com a derrota dos Federalistas em Desterro que a cidade mudou de nome e foi rebatizada como “Florianópolis”, em homenagem ao presidente vencedor. Já a Revolta da Armada foi uma nova revolta da Marinha, que começou no Rio de Janeiro e se aliou aos Federalistas gaúchos. Nos dois casos, as forças do Marechal de Ferro levaram a melhor.

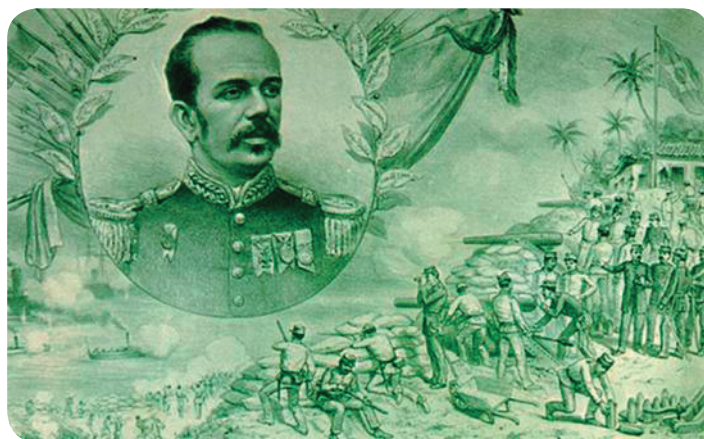


Figura 7: Marechal Floriano Peixoto e a Revolta da Armada, em bico-de-pena de Angelo Agostini, na revista D. Quixote de 29 de junho de 1895.

Você deve ter percebido como a constituição, o conjunto de leis que rege um país, é importante na definição daquilo que pode ou não pode ser feito com legalidade. Por esse motivo, vale a pena falarmos um pouco mais da 2ª constituição da história do país (a primeira foi a do Império de 1824, lembra-se?) e a 1ª constituição do período republicano.

A Constituição de 1891

Observe o quadro comparativo sobre as constituições de 1891 e 1824.

Quadro 1: Quadro comparativo sobre as constituições de 1891 e 1824.

Constituição de 1891	X	Constituição de 1824
Promulgada		Outorgada
República		Monarquia
Federalismo		Centralismo
Tripartição dos Poderes		4 Poderes
Estados		Províncias
Estados Unidos do Brasil		Império do Brasil
Estado Laico		Padroado

Vamos analisar a primeira constituição republicana de forma mais detalhada!

Na constituição de 1891, predominaram as ideias liberais. Muitas das suas características ainda fazem parte da organização do Brasil até hoje. Vamos vê-las:

- *Constituição promulgada* – Isto significa que foi debatida, discutida e aprovada pelos representantes eleitos por aqueles que tinham o direito de voto.
- *República* – A constituição substituiu o regime monárquico pelo republicano. A palavra “república” vem do latim. É a junção de “res”, que quer dizer “coisa”, com “publica”, que quer dizer “de todos”. A república, isto é, a “coisa de todos”, pressupõe uma maior participação política dos cidadãos. Segundo o relato de Martins Soares, no começo da seção, não parece que isso aconteceu no período em que a constituição de 1891 vigorou.
- *Federalismo* – A adoção do federalismo em substituição ao centralismo do Império foi uma das grandes inovações dessa constituição. Inspirado no modelo dos EUA, o federalismo dava maior autonomia às antigas províncias do Império, que agora passavam a se chamar “estados”. Com a Constituição, os estados teriam espaço para criar suas próprias leis. O nome do país sofria uma alteração: o “Império do Brasil” dava lugar aos “Estados Unidos do Brasil” que foi a denominação da nossa pátria até 1967, quando adotou o nome ainda em vigor de República Federativa do Brasil. Assim, na Primeira República, os estados brasileiros teriam o momento de maior autonomia de toda a história republicana.
- *Tripartição dos poderes* – Foi extinto o Poder Moderador, exclusivo do Imperador, e mantido os três poderes – *Executivo* (Prefeito; Presidente de Estado, atualmente, Governador; Presidente), *Legislativo* (Câmaras Municipais – Vereadores; Assembleia Legislativa Estadual – Deputados Estaduais; Congresso Nacional – Deputados Federais e Senado Federal) e *Judiciário* (nos municípios, Comarca do Tribunal de Justiça; nos estados, Tribunal de Justiça; na federação, Supremo Tribunal Federal).

- *Organização do Estado* – A divisão dos três poderes se repete nas três esferas de administração criadas naquela constituição: o município, unidade básica do país; os estados, que reúnem vários municípios; a federação, que congrega os estados.
- *Presidencialismo* – O poder executivo adotou a forma presidencialista, na qual o presidente da República concentra duas funções ao mesmo tempo: a de chefe de Estado e a de chefe de Governo. Qual a diferença entre Chefe de Governo e Chefe de Estado, você talvez tenha se perguntado? A primeira função é a que comanda o governo. Desse modo, nomeia ministros, propõe leis e administra. A segunda função é a que representa o país perante outros países e simboliza uma ação que fiscaliza o governo. A república brasileira adotou esse modelo inspirado mais uma vez nos EUA.
- *Congresso Bicameral* – O Poder Legislativo Federal é composto por duas instituições: a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Uma lei para ser aprovada precisa ser apreciada por estas duas casas legislativas que, reunidas, formam o Congresso Nacional. A diferença atual entre Câmara dos Deputados e Senado Federal é que a primeira representa a distribuição demográfica da população. Com isso, estados mais populosos têm direito a mais deputados, no máximo 70 e no mínimo 7 deputados por estado. Já o Senado Federal, atualmente, representa o equilíbrio da federação. Assim, independente da população, todos os estados têm direito ao mesmo número de senadores – três. Na Primeira República, no entanto, o número de senadores variava de acordo com a importância política e econômica do estado.



É fundamental lembrar que, em um regime com a tripartição dos poderes, o chefe do Poder Executivo não pode fazer leis. Ele governa com base nas leis existentes, feitas pelo Poder Legislativo. Isso vale nas três esferas de administração: para os prefeitos no município, para os governadores nos estados e para o presidente da república na federação. Assim, pensando no caso do presidente, para colocar em prática as suas propostas, o Chefe do Executivo federal precisa do apoio do Congresso Nacional. Para obter esse apoio, o presidente precisa negociar. Quando consegue apoio do Congresso Nacional, não raro o governo tem estabilidade para colocar em prática suas propostas. Quando não consegue, geralmente o país atravessa crises políticas. Foi por essa falta de apoio que o Marechal Deodoro tentou fechar o Congresso. Assim, ele poderia governar sem precisar negociar. Como a Armada se rebelou, o Marechal preferiu renunciar.

- *Estado Laico* – A República pôs fim ao padroado, que reunia Estado e Igreja. Assim, o Estado Brasileiro reconhecia todas as religiões e ao mesmo tempo não tinha nenhuma como sua religião oficial. Desse modo, o conceito de Estado Laico não se confunde com o de Estado Ateu, que é aquele que nega a existência de qualquer divindade e qualquer Deus.

- *Direitos Políticos* – No que se refere à participação política, a constituição não tornava o voto obrigatório, mas o permitia apenas para os homens, maiores de 21 anos e alfabetizados. Com isso, além das mulheres, a expressiva parcela da população que era analfabeta ficava impedida de votar. Para se ter ideia, em 1900, 90% da população do país não sabia ler e escrever. Não havia exigência de renda, como na monarquia, mas a alfabetização era uma barreira difícil de ser ultrapassada. Além disso, o voto era aberto, ou seja, não era secreto.

As características da Constituição de 1891 foram mantidas até 1930. Por conta do forte federalismo, elas contribuíram para o domínio político de famílias com melhores condições socioeconômicas. A riqueza dessas famílias era proveniente, em grande parte, das atividades agroexportadoras. Principalmente, a exportação de café, produto que variou numa faixa de 40% a 70% de tudo que o Brasil exportava durante a Primeira República.

Com a saída de Floriano Peixoto da presidência, Prudente de Moraes seria o primeiro civil, um não militar, a assumir o principal cargo do Poder Executivo, em 1894. Com isso, se iniciava um novo momento da Primeira República, conhecido como **República Oligárquica**.

República Oligárquica

A expressão vem de “oligarquia”, palavra de origem grega criada a partir da junção de *oli* (poucos) com *arquia* (poder). Assim, oligarquia é o poder de poucos que, no caso, eram os grandes proprietários rurais, grupo que iria se impor na política até 1930.

Uma das principais consequências do fato de o voto ser aberto era a possibilidade de se fraudar as eleições. Isto ajuda a entender parte da indignação de Martins Soares, quando escreveu “Nesta república monstruosa, onde não há justiça, nem instrução, nem eleição”. Como o voto não era secreto, poderosos do campo e da cidade forçavam o eleitor a votar em seus candidatos, utilizando-se da força e da intimidação. Além da violência, ocorriam fraudes constantes como a adulteração do resultado das urnas; e pessoas que se passavam por eleitores que constavam como falecidos, chamados “eleitores fantasmas”.

Dessa forma, muitos proprietários rurais exerciam o que se convencionou chamar “voto de cabresto”, ou seja, o voto controlado, guiado por alguém, induzindo o eleitor ao voto em determinado candidato. Graças ao voto de cabresto, surgiram os “currais eleitorais”, que se constituíram na base de apoio dos políticos ao obrigarem os eleitores a votarem em determinados candidatos. Tudo isso produziu eleições viciadas, cujos resultados não representavam os reais anseios da população e contribuiu para consolidar o *coronelismo*.



Figura 8: As próximas eleições... “de cabresto”. Na charge de Storni para a revista *Careta* (1927), uma das mais famosas fraudes eleitorais da Primeira República, o voto de cabresto, recebe a devida crítica. O eleitor recebia um papel com o nome do candidato escolhido pelo coronel da região, e apenas o depositava na urna.

Legenda original era:

Ella – É o Zé Besta?

Elle – Não, é o Zé Burro!

O coronelismo foi um fenômeno da política brasileira que encontrou seu auge na Primeira República. O conceito tem origem na palavra coronel, que era uma patente da Guarda Nacional (1831-1922). Com o tempo, “coronel” deixou de ser apenas a patente e passou a ser usada para designar o grande proprietário que detinha o poder local, mandando e desmandando no município. Foram os coronéis que exerceram o voto de cabresto, e com isso, montavam seus currais eleitorais.

A existência de currais eleitorais também estava ligada à *Política dos Governadores* ou *Política dos Estados* que foi o mais importante acordo político da Primeira República. Criado no governo de Campos Sales (1898-1902), se estenderia por todo período. Nesse acordo entre o presidente da república e a Câmara dos Deputados, o presidente receberia apoio político para suas propostas e projetos. Em troca do apoio recebido, o governo federal não interviria nos estados e municípios que o apoiavam, deixando de coibir as práticas ilegais e as fraudes nas eleições que caracterizavam o processo político. É por isso que Martins Soares, no texto que abriu esta seção está tão indignado ao ponto de afirmar que a “bandeira da federação” cobre “todas as depredações da pirataria política”. Desse modo, independente dos grupos que vencessem as disputas locais, quando chegavam no âmbito federal, forneciam apoio ao presidente. Os presidentes de Estado (governadores) foram os intermediários desse acordo, chamando os deputados dos seus estados para que apoiassem o Presidente da República.

Durante o período da Política dos Governadores, os estados que mais se beneficiaram do jogo político foram São Paulo e Minas Gerais, dando origem à chamada *Política do café com leite*.

A Política do Café com Leite foi o revezamento de indicação de candidato à presidência entre os dois principais estados: São Paulo e Minas Gerais. Ambos eram produtores de café e retiravam daí sua força econômica. Era muito comum associar o café a São Paulo e o leite a Minas Gerais. Além do seu poder econômico, esses dois estados eram os mais populosos. Com isso, tinham direito a mais deputados na Câmara que os outros. Um presidente com o apoio de Minas e São Paulo tinha dado um grande passo para ter suas propostas aprovadas e governar com estabilidade.

Hoje, os historiadores comprovaram que, além de Minas Gerais e São Paulo, outros estados também participavam dos acordos na indicação dos candidatos a presidente da república, que teriam o apoio do governo vigente. Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco também eram levados em consideração, se constituindo nos estados de “segunda grandeza”, atrás apenas em importância econômica e política para os estados de “primeira grandeza” – Minas e São Paulo.

Observe o esquema:



O coronelismo nos municípios é a base do processo político na Primeira República. Com o voto de cabresto e os currais eleitorais, as oligarquias escolhem políticos para as esferas estadual e federal. Os principais estados apoiam o Presidente da República que, por sua vez, não interfere nos desmandos praticados nos estados e municípios. Criava-se assim um círculo vicioso, no qual a oposição não conseguia vencer as eleições. Isso nos ajuda a entender não só a indignação de Martins Soares, mas a própria duração longa da Primeira República nos ajuda ainda a entender que essas práticas só terminaram com uma intervenção armada: a Revolução de 1930. Mas isso já é outra história.

Seção 4

Cidadania e movimentos sociais na Primeira República

Protestos, revoltas e movimentos sociais na Primeira República

Observe o mapa a seguir:

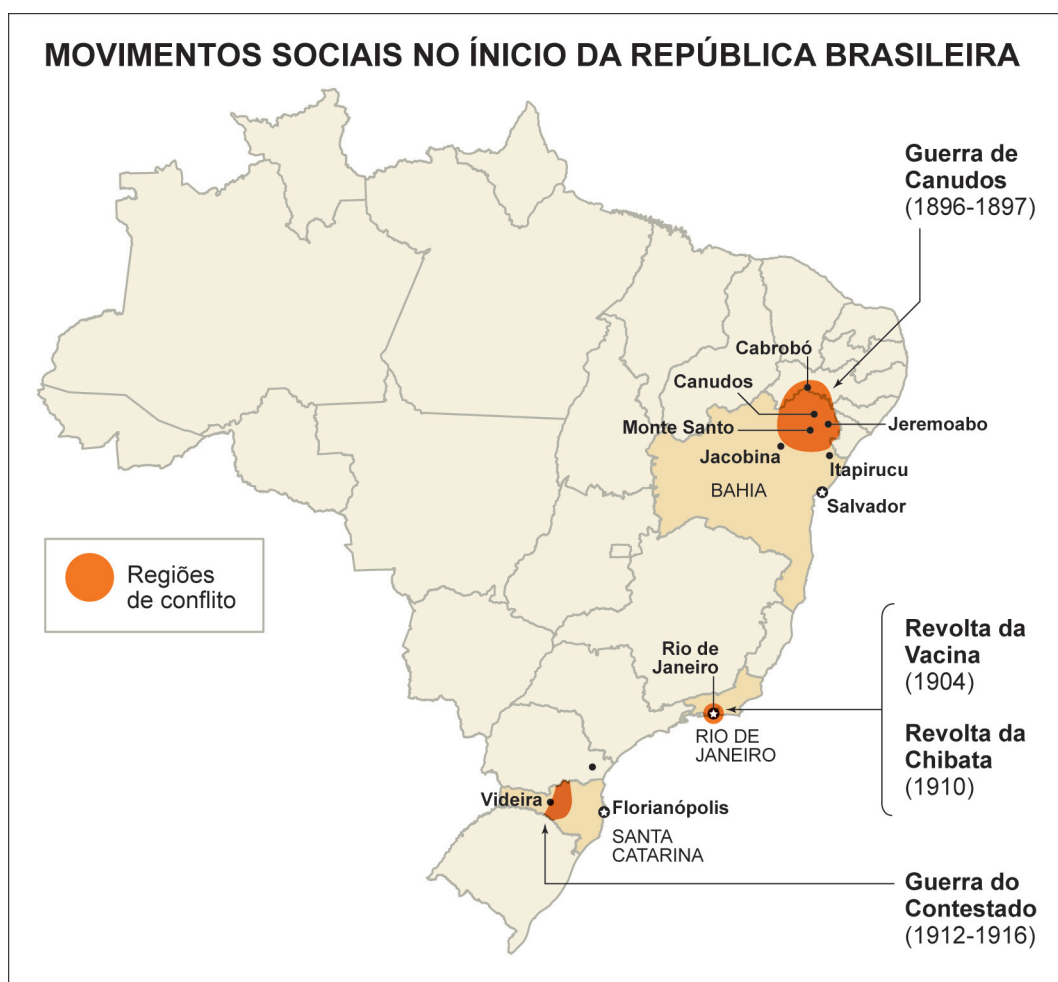


Figura 9: Movimentos sociais no início da República Brasileira.

Mapa reelaborado pelo Prof. Gilberto Angelozzi

Durante a Primeira República, em todas as eleições presidenciais diretas realizadas entre 1894 e 1930, a participação eleitoral ficou entre 1,5% e 5% da população. Isso configura um quadro de exclusão política acentuada. Essa pequena participação da população nas eleições não significou, no entanto, a ausência de manifestações políticas por parte dos setores populares. Mesmo afastados da política institucional nas eleições, nos partidos e nos cargos públicos, muitos brasileiros, de norte a sul do país, exerceram suas reivindicações e lutaram por aquilo que consideravam justo. Não raro, alguns desses movimentos resultaram em ações violentas, que foram reprimidas com muito mais violência pela polícia e até pelo Exército. Conhecer essas histórias é não apenas recuperar parte das lutas do povo brasileiro, mas entender como se construiu a cidadania no país.

Como a maioria da população brasileira vivia no campo, a maior parte dos protestos, revoltas e movimentos de contestação na Primeira República aconteceu em áreas rurais do país. Trataremos primeiro de dois desses movimentos as *Guerras de Canudos* e a *Revolta do Contestado*. Em seguida, falaremos de dois movimentos que aconteceram nas cidades: a Revolta da Vacina e a Revolta da Armada, ambos no Rio de Janeiro:

1. Guerra de Canudos – Bahia – (1896-1897)



Canudos ficava num cenário que lembrava as paisagens descritas na Bíblia: uma região árida repleta de caatingas, rodeada por cinco serras ásperas e atravessada por um rio, o Vaza-Barris.

Decidido a permanecer naquela autêntica fortaleza natural, e isso não deve ter escapado à percepção de Conselheiro, ele e seu grupo entraram em ação para construir uma comunidade onde estivessem livres do incômodo das autoridades religiosas católicas e políticas, bem como das leis republicanas, dos "coronéis", dos juizes, dos impostos, da justiça arbitrária, da política etc.

(COSTA, Nicola S. *Canudos – Ordem e Progresso no Sertão*. São Paulo, Moderna, 1990.)



A guerra de Canudos aconteceu no interior da Bahia entre 1896 e 1897. Canudos era o nome de uma antiga fazenda onde se instalou um arraial, um povoado. Segundo cálculos do Exército, chegou a ter cerca de 25 mil pessoas. Foi uma das maiores concentrações populacionais da época, naquela região do país. Mas seus habitantes chamavam a antiga fazenda de Canudos por outro nome: Belo Monte.

A existência de Belo Monte representava para as pessoas que lá viviam uma alternativa à vida e ao trabalho dentro das grandes plantações. Menor exploração no trabalho, mais tempo para família, melhoria na qualidade da alimentação e de vida eram os atrativos que permitiram reunir tantas pessoas.

Soma-se a isso a existência de um pregador religioso não reconhecido pela Igreja Católica, e que era tratado como a liderança de Belo Monte. Seu nome era Antônio Vicente Mendes Maciel, mais conhecido como Antônio Conselheiro.

O crescimento da comunidade contrariou o interesse de autoridades locais como os coronéis e a Igreja. Para os coronéis, o simples fato de Belo Monte existir representava um risco para o controle da força de trabalho e até para os currais eleitorais. No arraial, as pessoas poderiam viver livres dessa dominação. Já para a Igreja Católica, a existência de uma liderança religiosa como Antonio Conselheiro era motivo de preocupações: por não ser um padre ou pertencer aos quadros da Igreja, a pregação de Conselheiro não era controlada ou apoiada.

Em pouco tempo começaram atritos, tensões e conflitos com essas autoridades locais. Diante das derrotas sofridas para a população de Belo Monte que procurou defender sua comunidade, coronéis, políticos e membros da Igreja começaram a apresentar Canudos como um foco monarquista no Brasil. Seria assim uma ameaça que a jovem República, que não tinha nem 10 anos de proclamação, precisaria enfrentar.

Com isso, durante o governo de Prudente de Moraes (1894-1898), foram enviadas 4 expedições militares com o objetivo de derrotar o arraial. Apesar da superioridade em poder de fogo, o Exército só conseguiu derrotar a resistência popular na última expedição.



Figura 10: Antônio Conselheiro rechaça a República. In: *Revista Ilustrada* c. 1896. Desenho de Ângelo Agostini.

Os sertões. Euclides da Cunha

O ex-militar e jornalista Euclides da Cunha acompanhou as expedições do Exército enviadas a Canudos. Quando saiu do Rio de Janeiro, Euclides tinha uma posição contrária ao arraial e o considerava como uma contrarrevolução de “bárbaros” e “fanáticos” no Brasil, contrária à modernização e civilidade trazidas pela república. Porém ao regressar, chocado com a repressão violenta a que assistiu, e com um forte tom de denúncia social, Euclides publica, em 1902, uma das mais importantes obras do pensamento social brasileiro. Nela, ele descreveu as condições sociais, econômicas e geográficas desconhecidas do público nas grandes cidades do país: o sertão, o interior atrasado, cuja população estava distante de qualquer melhoria do novo regime.



Saiba Mais

2. Guerra do Contestado – Paraná e Santa Catarina (1912-1916)

“

A revolta teve sobretudo um caráter social e religioso. O que manteve os caboclos unidos foi a crença em um profeta conhecido como monge José Maria, um guerreiro místico como Antônio Conselheiro. O Contestado foi um movimento milenarista, ou seja, impregnado de temores apocalípticos e esperanças de salvação para os iniciados. Os caboclos acreditavam no fim deste mundo e no surgimento de outro melhor, sem fome nem miséria. "Até hoje a população local se refere ao episódio como a guerra dos fanáticos", diz o historiador Paulo Pinheiro Machado, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

(Adaptado de "Superinteressante", maio de 2000.)

”

A Guerra do Contestado ocorreu em uma região que era disputada entre Paraná e Santa Catarina, daí o nome “contestado”. Apesar desse conflito entre os estados, não era essa a questão principal.

Na guerra, percebe-se uma disputa entre duas empresas estrangeiras – uma madeireira e uma ferrovia – e a população local, os sertanejos, também conhecidos como caboclos. As empresas receberam o direito de explorar as terras nas quais viviam esses trabalhadores rurais pobres. Eles tinham a posse da terra, nela residindo e trabalhando de fato. Porém, essas famílias não tinham títulos de propriedade reconhecidos pelo governo. Por terem a posse e não a propriedade são “posseiros”.

A dimensão religiosa foi muito importante nesse conflito. Os posseiros chegaram a ter, no começo, a liderança de um pregador religioso, o monge Zé Maria, que, apesar de ter morrido logo em um dos primeiros embates, foi importante para difundir a noção de que os posseiros lutavam por algo justo e que teriam o apoio de uma força superior.

Além da repressão das empresas, as polícias estaduais foram utilizadas. Ao longo de quatro anos se viveu uma autêntica guerra civil que teria deixado um saldo de pelo menos 20 mil mortos na região.



Figura 11: A Guerra do Contestado em quadrinhos. "A Saga do Contestado" de Eleutério Nicolau da Conceição.

3. Revolta da Vacina

A Revolta da Vacina foi o maior levante social ocorrido na capital do país durante a Primeira República. Seu nome é uma referência à revolta contra a lei da vacinação obrigatória, decretada em 1904. Na verdade, a revolta teve causas muito mais complexas, relacionadas às transformações que atingiam a cidade no começo do século passado.

Durante a presidência de Rodrigues Alves (1902-1906), as condições de vida e trabalho na capital federal estavam muito distantes das promessas de ordem e progresso que o governo da república tinha colocado na bandeira nacional. O Rio de Janeiro era uma cidade suja, infestada de doenças. Como capital e principal porto de escoamento do café, a cidade era a mais conhecida do país no mundo e funcionava como uma espécie de retrato do Brasil. Para modificar essa imagem tão negativa, o presidente Rodrigues Alves promoveu dois grandes conjuntos de transformações: a reforma urbana, com a nomeação do engenheiro Pereira Passos para a prefeitura da cidade, e a reforma sanitária, com a atuação do médico sanitarista Oswaldo Cruz.

O objetivo de Pereira Passos na reforma urbana era o de transformar o Rio de Janeiro em uma espécie de "Paris Tropical". Para isso, promoveu o alargamento de ruas, a abertura de novas vias como a Avenida Central (atual Avenida

Rio Branco) e a derrubada das moradias populares – os cortiços. Tudo isso teve grande impacto na vida da população, sobretudo os mais pobres, que foram obrigados a buscar moradia em bairros mais distantes e, segundo alguns historiadores, nas encostas dos morros.



Figura 12. A Revolta da Vacina.



Em 1890, foi publicado por Aluísio de Azevedo o livro "O Cortiço". A obra de ficção descrevia o dia a dia dessas habitações populares, nas quais famílias viviam em condições precárias, compartilhando cozinha e banheiro, com todos os membros de uma mesma família reunidos em um único cômodo. O cortiço representava o tipo de moradia popular na região central da cidade. Representava também a pobreza e o atraso que o governo republicano queria esconder. Por isso, foram derrubados com a reforma urbana de Pereira Passos.

Figura 13: Caricatura da obra "O Cortiço" de Aluísio Azevedo.



Ao mesmo tempo, Oswaldo Cruz procurou adotar medidas para combater as doenças e epidemias que atingiam a cidade. Mas a medida mais polêmica foi a decretação da vacinação obrigatória contra a varíola. A aplicação forçada da vacina pelos agentes de saúde era feita de forma truculenta, principalmente, diante dos mais pobres. Estes, de maneira preconceituosa, eram vistos como os mais propensos a propagarem as epidemias. Tudo isso foi visto como um desrespeito do governo diante da população, que ainda passava pelos impactos da reforma urbana. É importante destacar que as técnicas de vacinação eram novas no mundo. Muitas vezes, a vacina acarretava efeitos colaterais como dor, inchaço, manifestação branda dos sintomas. E nenhuma campanha de esclarecimento da população foi realizada.

A oposição ao presidente da república se aproveitou desse clima para estimular uma revolta. Sua expectativa era que isso pudesse ajudar em um golpe de estado contra Rodrigues Alves. Assim, no dia 10 de novembro de 1904, os conflitos começam na capital federal, com a população destruindo a iluminação pública, atacando lojas e derrubando bondes. O governo agiu rápido a fim de conter os distúrbios. Foram 30 mortos e 110 feridos, além de centenas de presos, com o envio de alguns dos descontentes para o Acre.

4. Revolta da Chibata

A Revolta da Chibata foi um levante de marujos negros, mulatos e mestiços da Marinha de Guerra. Sua principal motivação foi a luta contra os castigos físicos, que eram empregados. A Revolta aconteceu em 1910, na então capital da república, a cidade do Rio de Janeiro. O movimento contou com a liderança do marinheiro negro João Cândido, que foi apelidado de Almirante Negro.

O preconceito racial existente na Marinha dificultava a promoção dos militares por conta da sua cor. Para piorar, o código disciplinar em vigor desde a monarquia, previa punições com chibatadas. Contra tudo isso, os marinheiros assumiram o controle das modernas embarcações de guerra recém-adquiridas pelo governo brasileiro e ameaçaram bombardear a capital.

As principais reivindicações dos marinheiros foram: fim dos castigos físicos; revisão das regras para promoção na carreira; aumento dos salários dos militares; anistia, com o perdão para os participantes do levante.

Apesar da disposição para atendimento das reivindicações pelo governo, o movimento foi encerrado diante da promessa do fim dos castigos corporais. No entanto, os oficiais da Marinha não aceitaram a ação por considerá-la como uma quebra da disciplina e da hierarquia militar. Por esse motivo, dois anos depois, foi simulado um novo levante com o pretexto de prender e afastar os líderes da Revolta da Chibata.

Em um processo judicial polêmico, João Cândido foi punido com a expulsão da Marinha. A importância do seu papel e da sua luta contra o preconceito seriam oficialmente reconhecidos apenas em 2010. Naquele ano, o governo brasileiro concedeu a anistia póstuma ao “Almirante Negro”.



Figura 14: Marinheiros revoltosos (1910). João Cândido seria o marinheiro alto no centro, ao lado do repórter de terno.

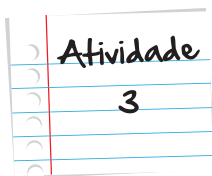
O reconhecimento social veio um pouco antes. Leia com atenção os versos da composição "O Mestre-sala dos mares", de Aldir Blanc e João Bosco. Note como eles retratam a revolta e seu líder.

“

Há muito tempo,
nas águas da Guanabara,
o dragão do mar reapareceu,
na figura de um bravo marinheiro
a quem a história não esqueceu.
Conhecido como Almirante Negro,
Tinha a dignidade de um mestre-sala.
(...)

Rubras cascatas
Jorravam das costas dos negros
Entre cantos e chibatas,
Inundando o coração
do pessoal do porão
que, a exemplo do marinheiro,
gritava: não!

”



Revoltas na Primeira República

Foram muitas as revoltas, protestos e manifestações ocorridos na Primeira República. Para não confundir, é importante identificar as principais características de cada um desses movimentos.

Assim, complete a tabela abaixo com um pequeno texto sobre cada um dos aspectos estudados.

Movimento	Quem participou?	Objetivos	Resultados

Anote suas respostas em seu caderno

Resumo

- O Imperialismo provocou uma crescente divisão entre as nações, classificadas como fortes e fracas, isto é, uma clara separação entre "avançadas" e "atrasadas".
- Na América, coube aos EUA o papel de nação imperialista sobre os povos latino-americanos.
- A Era dos Impérios é um dos fatores que explicam as fortes desigualdades sociais nos países latino-americanos, bem como o papel de economias emergentes no mundo atual.
- As Repúblicas *criollas* impediram uma extensão de políticas que pautassem a diminuição das desigualdades sociais, bem como uma maior implementação dos princípios liberais nas novas nações americanas.
- A formação dos caudilhos possibilitou a permanência de heranças do período colonial sobre os povos hispano-americanos.

- A organização da República no Brasil favoreceu o domínio político de famílias social e economicamente abastadas, nos municípios e nos estados. Daí, a noção de uma república oligárquica.
- Estratégias como o coronelismo, a política dos governadores e a política do café com leite permitiram a permanência das oligarquias no poder por muito tempo.
- Apesar da inspiração liberal, a política no país afastou a maioria da população de uma participação formal mais efetiva. Isso contribuiu para a eclosão de revoltas e ações violentas em todo país, com destaque para os conflitos de Canudos, Contestado, a Revolta da Vacina e a Revolta da Chibata.

Veja Ainda

Sites

O site do Centro Cultural do Ministério da Saúde tem uma seção reservada para a Revolta da Vacina. São fotos, vídeos, linha do tempo e importantes informativos a respeito do movimento e da introdução da vacina no Brasil. Vale a pena conferir! Acesse: <http://www.ccms.saude.gov.br/revolta/ltempo.html>



Filmes

- Guerra de Canudos.

Direção de Sérgio Rezende. Brasil, 1997. Drama, 165. min.

Sinopse: O filme retrata Canudos, movimento liderado por Antônio Conselheiro e que foi brutalmente destruído pelas tropas do governo republicano.

- O Cortiço.

Direção de Francisco Carvalho Jr. Brasil, 1977. Drama, 110. min.

Sinopse: O filme é baseado no romance do naturalista com o mesmo nome, de Aloísio Azevedo.

Imagens

Figura 1: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Pinky_and_the_Brain_vol1.jpg

Figura 2: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Punch_Rhodes_Colossus.png

Figura 3: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Panama_Canal_Gatun_Locks.jpg

Figura 4: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Roosevelt_monroe_Doctrine_cartoon.jpg

Figura 5: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Jos%C3%A9_Carioca_-_Saludos_Amigos.jpg

Figura 6: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Sim%C3%B3n_Bolívar_2.jpg

Figura 7: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Floriano_Peixoto_na_revista_D._Quixote_1895.jpg

Figura 8: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Elei%C3%A7%C3%B5es_de_cabresto.jpg

Figura 9:

Figura 10: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Conselheiro_Revista_Ilustrada.jpg

Figura 11: Fonte: <http://www.montecastelo.sc.gov.br/gerais/1616/historia-em-quadrinhos-ilustra-principais-acontecimentos-da-guerra-do-contestado.php>

Figura 12: Fonte: <http://www.ccms.saude.gov.br/revolta/revolta.html>

Figura 13: Fonte: http://www.musa.org.br/publicacoes_detalhe.asp?id_livro=21

Figura 14: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Joao_Candido.jpg

Referências

- BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina. Vol. III: da Independência a 1870*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Laemmert, [1902].
- HERMANN, Jacqueline. "Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado." In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia. *O Brasil republicano*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 121-160.
- HOBBSBAWM, Eric J. *A Era dos Impérios, 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 4 ed. São Paulo: Alfa-Omega, [1949] 1978.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2008.
- PRADO, Maria Lígia. *A formação das nações latino-americanas*. Campinas: Atual, 1985.
- _____. *América Latina no Século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: EDUSP, 1999; Bauru: EDUSC, 1999.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. "O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico". In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia. *O Brasil republicano*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 89-120.
- VALENTINI, Delmir (Org.); ESPIG, Márcia Janete (Org.); PINHEIRO MACHADO, Paulo (Org.). *Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-2012)*. 1. ed. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária – UFPEL, 2012.
- VISCARDI, Claudia. *O teatro das oligarquias*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

Atividade 1

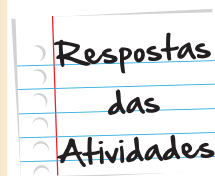
A Doutrina Monroe desenvolvida pelo presidente James Monroe (1817-1825) no ano de 1823, através da conhecida expressão "*América para os americanos*", defendia a soberania dos países americanos frente a qualquer tentativa de recolonização da América pelos europeus. Você poderia retirar o seguinte trecho para justificar sua resposta: "(...) os continentes americanos, em virtude da condição livre e independente que adquiriram e conservam, não podem mais ser considerados, no futuro, como suscetíveis de colonização por nenhuma potência europeia".

Atividade 2

Pan-americanismo. Você poderia retirar o seguinte trecho para expor os problemas apresentados por Bolívar para a concretização de seu projeto: "*mas tal não é possível, porque climas remotos, situações diversas, interesses opostos e caracteres dessemelhantes dividem a América*".

Atividade 3

Movimento	Quem participou?	Objetivos	Resultados
Guerra de Canudos	Sertanejos pobres	Manutenção da vida no arraial	Destruição do arraial
Guerra do Contestado	Posseiros	Acesso à terra	Repressão
Revolta da Vacina	População pobre	Revogação da lei da vacinação obrigatória	Repressão violenta
Revolta da Chibata	Marinheiros negros, mulatos e mestiços	Fim dos castigos corporais	Repressão, fim dos castigos





O que perguntam por aí?

Questão 1 (ENEM – 2011)

“

Completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais, nem revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. No plano político, ele luta com o “coronel” e pelo “coronel”. Aí, estão os votos de cabresto, que resultam, em grande parte, da nossa organização econômica rural.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978 (adaptado)

”

O coronelismo, fenômeno político da Primeira República (1889-1930), tinha como uma de suas principais características o controle do voto, o que limitava, portanto, o exercício da cidadania. Nesse período, esta prática estava vinculada a uma estrutura social

- a. igualitária, com um nível satisfatório de distribuição da renda.
- b. estagnada, com uma relativa harmonia entre as classes.
- c. tradicional, com a manutenção da escravidão nos engenhos como forma produtiva típica.
- d. ditatorial, perturbada por um constante clima de opressão mantido pelo exército e polícia.
- e. agrária, marcada pela concentração da terra e do poder político local e regional.

Resposta: Letra E

Questão 2 (ENEM – 2011)

“

Até que ponto, a partir de posturas e interesses diversos, as oligarquias paulista e mineira dominaram a cena política nacional na Primeira República? A união de ambas foi um traço fundamental, mas que não conta toda a história do período. A união foi feita com a preponderância de uma ou de outra das duas frações. Com o tempo, surgiram as discussões e um grande desacerto final.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: EdUSP, 2004 (adaptado)

”

“

A imagem de um bem-sucedido acordo café com leite entre São Paulo e Minas, um acordo de alternância de presidência entre os dois estados, não passa de uma idealização de um processo muito mais caótico e cheio de conflitos. Profundas divergências políticas colocavam-nos em confronto por causa de diferentes graus de envolvimento no comércio exterior.

TOPIK, S. *A presença do estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1989 (adaptado)

”

Para a caracterização do processo político durante a Primeira República, utiliza-se com frequência a expressão Política do Café com Leite. No entanto, os textos apresentam a seguinte ressalva a sua utilização:

- a. A riqueza gerada pelo café dava à oligarquia paulista a prerrogativa de indicar os candidatos à presidência, sem necessidade de alianças.
- b. As divisões políticas internas de cada estado da federação invalidavam o uso do conceito de aliança entre estados para este período.
- c. As disputas políticas do período contradiziam a suposta estabilidade da aliança entre mineiros e paulistas.
- d. A centralização do poder no executivo federal impedia a formação de uma aliança duradoura entre as oligarquias.
- e. A diversificação da produção e a preocupação com o mercado interno unificavam os interesses das oligarquias.

Resposta: Letra C

Até
breve!